

Presidente denuncia punição coletiva ‘Israel está matando indiscriminadamente mulheres e crianças’

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.944 13 a 19 de Março de 2024

★

★

★

★

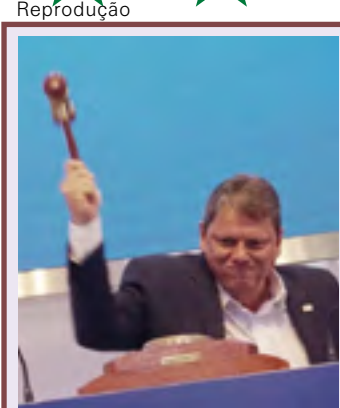
★

Ricardo Stuckert - PR



Para Lula, “O direito de defesa foi transformado no direito de vingança”

O “direito de defesa transformado em direito de vingança constitui, na prática, punição coletiva que mata indiscriminadamente mulheres e crianças”, afirmou o presidente presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ler declaração oficial após o encontro com o presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, na quarta-feira (6). “É fundamental avançar rapidamente na criação de um Estado Palestino e reconhecê-lo como membro pleno da ONU, um Estado que seja economicamente viável e que possa conviver em paz com Israel”, emendou. **Pág. 3**



Privatizada por Tarcísio, Linha 7 de trem deixará de chegar no Centro de SP

A entrega da Linha 7 – Rubi da CPTM para a iniciativa privada realizada pelo governo Tarcísio trará ainda mais um prejuízo aos usuários. A linha que até então liga Jundiaí, no interior do Estado de São Paulo, à estação Brás, no centro da capital, agora será encurtada em duas estações. **Pág. 4**

68 Prêmios Nobel alertam: Milei faz ciência argentina beirar precipício

Em carta ao presidente Javier Milei, 68 cientistas vencedores do Prêmio Nobel de todo o mundo se uniram para expressar sua “profunda preocupação” quanto à forma desastrosa como o governo vem conduzindo o sistema de ciência e tecnologia argentinas, “se aproximando de um precipício perigoso”. **Pág. 6**

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Mercado” cria falsa crise para continuar sugando a Petrobrás



Mais crianças mortas e feridas por bombardeio realizado por Israel no dia 9 de março no centro de Gaza

África do Sul pede ação de Haia contra Israel por alastrar fome

A África do Sul apresentou um novo pedido à Corte Internacional de Justiça (CIJ) solicitando que ordene medidas de emergência adicionais contra Israel face à fome generalizada provocada em Gaza e às violações das medidas anteriores já em vigor. “No novo requerimento, a África do Sul afirma que ‘é compelida a recorrer novamente à Corte devido aos novos acontecimentos e mudanças na situação em Gaza – especialmente, a disseminação da fome – resultados de violações contínuas e flagrantes [...] por parte de Israel’”, declarou a presidência sul-africana em comunicado divulgado na quarta-feira (6). “A ameaça de fome total concretizou-se. O tribunal precisa agir agora para parar a tragédia iminente” acrescentou, invocando a Convenção do Genocídio. **Pág. 7**

Transformaram o segundo melhor resultado da história da empresa em “fracasso” porque houve uma redução – pequena – da escandalosa distribuição de dividendos realizada em 2022. Naquele ano, a empresa, irresponsavelmente, distribuiu praticamente todo o seu lucro para os acionistas, ou seja, US\$ 37,3 bilhões, enquanto reservou apenas US\$ 4,79 bilhões para o investimento líquido. Acionistas, na maioria estrangeiros, não têm o menor compromisso com a empresa ou com o país. **Página 2**

Quaest: demora na melhoria da economia piora avaliação de Lula

Houve uma queda de 9 pontos percentuais entre aqueles que acreditam que a economia vai melhorar na comparação com a última pesquisa Quaest. Na pesquisa divulgada na quarta-feira (6), 51% dos entrevistados aprovam o trabalho do presidente Lula, enquanto, por outro lado, 46% desaprovam. O índice de aprovação de Lula caiu três pontos percentuais na comparação com a pesquisa anterior, realizada em dezembro de 2023. **Pág. 3**

Gleisi adverte que Campos Neto quer ‘submeter Brasil à ditadura monetária’

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que os juros altos mantidos pelo Banco Central “estagnaram o crescimento no segundo semestre” e denunciou que Roberto Campos Neto quer “submeter o Brasil a uma ditadura monetária” ao dizer que quer negociar a ampliação da “autonomia” do Banco Central. **Página 3**

Entidades farão ato em defesa na indústria naval brasileira

Todo poder ao financismo?, por Paulo Kliass

Apesar de toda evolução jurídico-institucional, o fato é que o BC esteve quase toda a sua existência atendendo aos interesses da banca privada

Reproduzimos o artigo de Paulo Kliass, publicado originalmente no Jornal GGN, pela importância do alerta que ele faz de que o financismo está prestes a empalmar ainda mais poder no Brasil através de um projeto de emenda constitucional que tramine no Senado ampliando sobremaneira a autonomia do órgão.

“Caso o texto seja aprovado, estaremos diante de uma situação inusitada. A alta direção do BC, em completa e estreita articulação com a nata da finança privada terá ao seu dispor o manuseio de valores trilionários do setor público brasileiro”, denuncia Kliass.

O economista adverte que “os dispositivos da quase independência reduziram bastante a capacidade de Lula definir a política monetária. O novo Presidente da República só terá conseguido indicar a maioria dos membros do banco no final de dezembro próximo, quando termina o mandato de Roberto Campos Neto. Uma loucura!”.

“O BC é responsável pela movimentação cotidiana da soma existente na chamada Conta Única do Tesouro, que apresenta o “modesto” saldo de R\$ 1,8 trilhão de acordo com o último balanço divulgado pela autoridade monetária. Ou seja, ficaria ainda mais sem controle da sociedade algo próximo a 18% do PIB de nosso País. Além disso, o BC é responsável pela gestão e movimentação das Reservas Internacionais, que fecharam o mês de janeiro no saldo de US\$ 355 bilhões. Esses valores representam também algo próximo a mais 18% de nosso Produto Interno, aponta Paulo Kliass.

Confira o texto na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/todo-poder-ao-financismo-por-paulo-kliass/>

IBGE: produção industrial inicia 2024 no vermelho

A produção industrial nacional recuou 1,6% no primeiro mês de 2024 frente a dezembro de 2023, eliminando parte do ganho de 2,9% acumulado no período de agosto a dezembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (6). O resultado foi calculado após ajuste sazonal, quando são já descontadas as variações e influências de determinados períodos do ano.

Com essa queda, a mais intensa desde abril de 2021 (-1,9%), a indústria brasileira encontra-se 0,8% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 17,5% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Nas análises sem ajuste sazonal, a produção industrial cresceu 3,6% na comparação com janeiro de 2023 e aumentou 0,4% no acumulado dos últimos doze meses até janeiro de 2024, em relação ao mesmo intervalo de meses de 2022.

De acordo com o IBGE, em janeiro, duas das quatro grandes

categorias econômicas apresentaram recuos em suas produções: bens intermediários (-2,4%), resultado que interrompe quatro meses seguidos de avanço na produção, período em que acumulou expansão de 5,0%; e bens de consumo semi e não duráveis (-1,0%), sendo o primeiro resultado negativo desde outubro de 2023 (-0,2%).

No sentido contrário, cresceram as fabricações de bens de consumo duráveis (1,4%) e de bens de capital (5,2%), no caso deste último, eliminando a redução de 4,8% acumulada no período de setembro a dezembro de 2023.

A produção de bens de capital (-10,6%) acumula o pior resultado negativo na análise do acumulado dos últimos doze meses até janeiro deste ano. Já as produções de bens duráveis acumulam uma ligeira alta de 0,4% e, de bens intermediários, um aumento de 0,9%.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/producao-industrial-brasileira-inicia-2024-no-vermelho-segundo-ibge/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Acionistas, na maioria estrangeiros, não têm compromisso com o Brasil

“Mercado” cria falsa crise para continuar sugando a Petrobrás



Foto: Geraldo Falção/Agência Petrobrás



Foto: CNI

Mulheres trabalham e estudam mais, mas recebem 21% menos do que os homens

s mulheres trabalham mais, estudam mais, porém, seguem tendo menos participação no mercado de trabalho e recebendo menos que os homens no Brasil.

A desigualdade é ainda mais grave quando se trata das mulheres negras e pardas, é o que aponta a 3ª edição de “Estatísticas de Gênero”, Indicadores sociais das mulheres no Brasil, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012. O estudo foi divulgado nesta sexta-feira, dia 8, Dia Internacional da Mulher.

Em 2022, o rendimento das mulheres (R\$ 2.303, em média,) correspondeu a 78,9% do equivalente recebido por homens (R\$ 2.920). No início da série histórica, em 2012, a diferença era estimada em 73,5%.

“A maior diferença no rendimento, em 2022, estava no grupo de profissionais das ciências e intelectuais: elas receberam o equivalente a 63,3% da média dos homens”, apontou o IBGE.

Também de acordo com o estudo, enquanto a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3% em 2022, a dos homens ficou em 73,2%. No ano, entre as mulheres de 15 a 24 anos, 23,0% não estavam ocupadas, não estudavam e não estavam em treinamento (26,6% entre pretas ou pardas), enquanto entre os homens na mesma faixa etária esse percentual foi de 14,6%.

“A maior dedicação às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos acaba por restringir uma participação mais ampla das mulheres no mercado de trabalho”, explica o IBGE. As mulheres dedicam quase o dobro do tempo a cuidados dos filhos, dos familiares idosos e dos afazeres domésticos, 9,6 horas semanais, em média, que os homens. Em 2022, foram 21,3 horas por semana para elas contra 11,7 horas para eles.

Entre 2012 até 2019, a taxa de participação das mulheres mostrou crescimento contínuo, mas acabou “caindo em 2020 em razão dos efeitos da pandemia de COVID-19 e tornando a crescer, em 2022, atingindo 53,3% mantendo-se, contudo, em patamares estruturalmente inferiores às taxas verificadas para os homens. As mulheres estavam mais ocupadas no setor de Serviços: 85,2% contra 60,4% dos homens. Importante ressaltar que o número médio de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos pouco se alterou quando se considera apenas os homens ocupados no mercado de trabalho”, observou o instituto de pesquisa.

DUPLA JORNADA

Considerando ambas as jornadas de trabalho, em ocupação no mercado de trabalho e no doméstico não remunerado, a carga horária total semanal de trabalho das mulheres foi de 54,4 horas e, para homens, 52,1 horas no mesmo ano.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/mulheres-trabalham-e-estudam-mais-mas-recebem-21-menos-do-que-os-homens-diz-ibge/>

Banco Central é uma instituição de Estado, não uma empresa, afirma economista Oreiro

José Luis Oreiro, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), denuncia que a proposta de Proposta de Emenda à Constituição – PEC 65/2023 “quer tornar uma instituição típica de Estado numa empresa pública”. A PEC retira o orçamento do BC do controle do Estado.

Segundo Oreiro, “essas receitas do Banco Central derivam-se exclusivamente de seu papel como Instituição de Estado, responsável pela administração do sistema de meios de pagamento, criação de moeda e custodiante das reservas internacionais do Brasil”.

“O texto da PEC confunde receita de senhoriagem com os juros que o Banco Central recebe sobre os títulos públicos que ele comprou com a emissão de base monetária. A senhoriagem refere-se, como vimos, a diferença entre o valor de

face das cédulas de papel e seu custo de produção. Dada a ampliação dos pagamentos por meio digital a quantidade de cédulas de papel em circulação está caindo, de maneira que essa receita é desprezível. A receita que importa é a receita com a carteira de títulos públicos possuída pelo Banco Central, e é aqui que mora o detalhe escabroso da proposta da PEC”, alerta.

A justificativa apresentada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a aprovação da PEC permitiria melhorar os salários dos funcionários da instituição, que estariam muito defasados com relação aos que podem ser obtidos no sistema financeiro privado, é rebatida pelo economista.

“Não discordo de que os salários dos funcionários

do Banco Central estejam defasados, aliás o funcionalismo público federal acumula uma perda de mais de 30%, boa parte da mesma gerada no governo Bolsonaro que não corrigiu os salários dos servidores públicos pela inflação passada (a famosa granada do Guedes no bolso dos servidores públicos)”, destaca Oreiro. Para ele, isso não se resolve com essa PEC, mas com a reestruturação do plano de carreira e de salários dos servidores do Banco Central.

Leia o artigo do economista José Luis Oreiro “Não à PEC 65/2023: O Banco Central é uma Instituição típica de Estado, não uma empresa”, publicado na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/banco-central-e-uma-instituicao-de-estado-nao-uma-empresa-afirma-o-economista-oreiro/>

Transformaram o 2º melhor resultado da história da estatal em “fracasso” porque houve uma pequena redução na escandalosa distribuição de dividendos

A mídia entreguista ficou inconformada com o fato da Petrobrás ter feito neste ano de 2023 uma pequena redução na escandalosa distribuição de dividendos do ano anterior e elevado, também em pouca monta, os seus investimentos. Sim, porque em 2022, a empresa, irresponsavelmente, distribuiu praticamente todo o seu lucro para os acionistas, ou seja, US\$ 37,3 bilhões, enquanto reservou apenas US\$ 4,79 bilhões para o investimento líquido.

SEGUNDO MAIOR LUCRO DA HISTÓRIA

O lucro líquido da Petrobras em 2023 foi de R\$ 124,6 bilhões, o segundo mais alto da história. Mas a gritaria se deu porque ela decidiu pagar US\$ 20,28 bilhões em dividendos – uma redução em relação aos US\$ 37,3 bi do ano anterior – e reservou US\$ 8,72 bilhões – ante os US\$ 4,79 bilhões de 2022 – para investimentos líquidos. Ou seja, transformaram o sucesso da estatal em fracasso porque seus investimentos foram levemente elevados e os dividendos reduzidos. Derrubaram as bolsas e atacaram as ações da empresa por causa disso.

A mídia entreguista tomou as dores do chamado “mercado”, leia-se dos acionistas, na sua maioria estrangeiros, que não querem saber de investimentos na estatal, não querem saber de aumento no refinio interno, não querem nem ouvir falar na recuperação da distribuição de combustíveis dentro do país ou na produção de energia barata para os consumidores e para a indústria brasileira, só querem embolsar os lucros.

Esses grupos de especuladores, que atuam na Bolsa de Nova Iorque e na de São Paulo, não têm compromisso nenhum com o futuro, com os investimentos ou com a saúde financeira da estatal e muito menos com o desenvolvimento do país. Querem abocanhar o máximo de dividendos, e o mais rapidamente possível. Nada de investimentos, só embolso, só ganância. Nenhuma outra grande petroleira no mundo pagou tanto dividendo como a Petrobrás em 2022 e 2023. E mesmo assim, produziu-se uma gritaria e uma falsa crise assim que saiu o balanço da empresa.

CRISE FABRICADA

O segundo maior lucro da história, num quadro em que houve redução de 18% nos preços internacionais do barril de petróleo, foi transformado em uma crise artificial pelos especuladores e pela ladainha da mídia que, com seu alarde sabotou a empresa e derrubou as suas ações.

Além de ter elevado os investimentos e criado um fundo de contingência, houve também uma redução de US\$ 1,2 bilhão na dívida financeira da estatal. Sem falar que a produção do pré-sal chegou a 2,17 milhões de barris de petróleo equivalentes, 10% acima do ano anterior. Ou seja, a “crise” que fez a empresa “perder” valor de bolsa, foi uma fraude. Fabricou-se uma falsa crise. Um verdadeiro atentado contra o Brasil.

DIVIDENDOS AINDA ALTOS

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates rebateu o alarde e defendeu o lucro líquido de R\$ 124,6 bilhões em 2023: “é um resultado que de fato orgulha a todos os brasileiros e deve orgulhar a todos os acionistas e investidores também, porque acreditar na Petrobrás, confiar na nossa gestão deu resultado. Este é um resultado para quem fica conosco, sabe que nós estamos no rumo certo e sabe que nós vamos acertar mais à frente”. Prates ainda disse que a “aperfeiçoada” política de dividendos da Petrobrás considera “maiores investimentos e a absoluta necessidade de manter a nossa saúde financeira”.

A grita do “mercado”, am-

plificada por seus porta-vozes, é totalmente sem sentido e sem escrúpulos porque os dividendos pagos pela Petrobrás estão muito acima do que qualquer outra petroleira em qualquer parte do mundo. A única empresa que chegou mais perto dela foi a americana Exxon Mobil, que pagou US\$ 14,9 bilhões. A Shell pagou US\$ 8,39 bilhões, a Total, US\$ 7,52 bilhões, a BP pagou US\$ 4,81 bilhões e a Chevron, US\$ 11,34 bilhões. Mesmo tendo reduzido em 2023, a Petrobrás continua sendo a campeã mundial de dividendos.

Em artigo publicado pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), nesta sexta-feira (8), o presidente da entidade, Felipe Coutinho, mostrou que esses dividendos ainda estão escandalosamente altos. “Em 2021 e 2022 a razão média entre os dividendos pagos e o investimento líquido foi de 804%, no resultado consolidado de 2023 foi de 232,63%, enquanto entre 2005 e 2020 foi de 12,7%, em termos médios. Ou seja, a relação entre o pagamento de dividendos e o investimento líquido em 2023 foi 18 vezes mais alta se comparada com a média de 2005 a 2020”, argumentou.

ACIONISTAS NÃO QUEREM INVESTIMENTOS

Ele apontou que essa política é totalmente irresponsável e compromete o futuro da Petrobrás. “Os lucros e dividendos distribuídos hoje, são resultados dos investimentos realizados no passado. E evidente que elevar a distribuição dos dividendos, em detrimento dos investimentos, comprometerá o resultado futuro da empresa. Os números evidenciam que a distribuição de dividendos tem sido desproporcional aos investimentos. Os resultados históricos demonstram que não é possível sustentar tais políticas”, acrescentou o engenheiro.

Segundo Coutinho, apesar da direção da Petrobrás ter anunciado a revisão da sua política de remuneração dos acionistas, a maior parte da política anterior foi mantida, como o pagamento de dividendos trimestrais e proporcionais ao fluxo de caixa livre. O fluxo de caixa livre é o resultado da geração de caixa descontada do investimento, a política anunciada incluiu o desconto pela aquisição de participações societárias. A política prevê dividendos de 45% do fluxo de caixa livre a cada trimestre, redução modesta na comparação com os 60% da política anterior.

RECOMPRA DE AÇÕES

Ainda, segundo o presidente da Aepet, foi incluída a prática de recompra e cancelamento de ações, como mais uma alternativa para valorizar o capital dos acionistas. “Quanto menor o investimento, maiores o fluxo de caixa livre e a distribuição de dividendos, além de mais recursos disponíveis para a recompra e cancelamento de ações, com valorização potencial do capital dos acionistas no curto prazo”, aponta.

“O investimento líquido realizado em 2023 foi de US\$ 8,7 bilhões, é cerca de 60% menor se comparado à média histórica dos investimentos da Petrobrás, desde 1965, de cerca de US\$ 22 bilhões por ano, e 84% menor se comparado com o investimento médio anual, entre 2009 e 2014, de US\$ 53 bilhões em valores atualizados”, prosseguiu o dirigente da Aeoet.

“Não à toa, a política de remuneração dos acionistas foi bem recebida por agentes do sistema financeiro”, denunciou Coutinho, lembrando que “a empresa estatal em geral, e a sociedade de economia mista, em particular, não têm apenas finalidades microeconômicas, ou seja, estritamente ‘empresariais’, mas têm essencialmente objetivos macroeconômicos a atingir, como instrumento da atuação econômica do Estado”.



Ex-comandante do Exército que barrou o golpe

Bolsonaristas em polvorosa com depoimento do general Marco Antonio Freire Gomes

Os investigadores da Polícia Federal já estavam convencidos de que o general Freire Gomes, ex-comandante do Exército, foi decisivo para barrar a tentativa de golpe de Estado pretendida por Jair Bolsonaro e o seu entorno.

Na época, Freire Gomes chegou a ameaçar o presidente com a prisão se ele insistisse com seus planos golpistas. Agora, o depoimento de quase oito horas à PF, no qual o militar detalhou os passos dos golpistas e a reunião em que Bolsonaro lhe pediu apoio, está gerando uma grande paura entre os bolsonaristas.

Inconformados com o seu depoimento, militares golpistas e outros membros da milícia de Bolsonaro passaram todo o final de semana desacatando o general Freire Gomes, chamando-o de “traidor” e fazendo ameaças ao militar. Eles não engolem o fato do general ter se recusado a apoiar o golpe e ficaram mais enfurecidos ainda com o depoimento onde ele confirmou a existência da minuta e detalhou à Polícia Federal os planos golpistas.

A jornalista Andréia Sadi, por exemplo, informou, em seu blog no Portal G1, nesta segunda-feira (4), que teve acesso a um dos vídeos que circulam nas redes, onde bolsonaristas afirmam que o general Freire Gomes “traiu Bolsonaro e pode se complicar”. Eles dizem também que ele “enrolou” e “enganou” Bolsonaro com discussões sobre artigos da Constituição.

O objetivo do grupo é “fritar o general” e tentar arrastá-lo para a cena do crime. Isso ficou claro no depoimento do general golpista Estevam Theophilo, responsável por acionar os “kids pretos”, que disse, em seu depoimento, que participou de reuniões a mando do general Freire Gomes. Ele só não explicou porque, diferente de Gomes, decidiu apoiar o golpe e se comprometeu até a mobilizar os “kids pretos” para garantir a permanência de Bolsonaro no governo.

Ao contrário dele, o general Freire Gomes, ao se encontrar com Bolsonaro e receber dele a proposta de minuta do golpe, que invalidava as eleições e pretendia prender ministros do STF e líderes da oposição, recusou-se a apoiar a trama e ainda ameaçou o presidente de prisão, segundo relata o ajudante de ordem de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid.

O encontro havia sido articulado por Bolsonaro, que levou a minuta do golpe, entregue a ele por seu assessor Felipe Martins, para pedir o apoio aos comandantes militares à sua empreitada criminosa contra a vitória de Lula.

Tanto o comandante do Exército, Freire Gomes, quanto da Aeronáutica, Carlos Baptista Júnior, confirmaram o fato – o encontro com Bolsonaro – em seus depoimentos. Os dois atestaram, ainda, a existência do documento que coloca o ex-presidente como o principal articulador do golpe.

No relato de Mauro Cid à PF, os dois se recusaram a apoiar o golpe e somente o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier, teria concordado em participar da trama.

A Polícia Federal espera fechar as investigações sobre o roteiro do golpe com as informações obtidas no depoimento de Freire Gomes, cruzando-as com as de Mauro Cid. O ajudante de ordem será chamado a depor novamente para confirmar as informações levantadas pela PF sobre as minutas do golpe encontradas na investigação. Se mentir ou omitir, pode perder benefícios de sua colaboração premiada.

Provas obtidas pela CPI do Golpe serão utilizadas, afirma Paulo Gonet a parlamentares

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, reuniu-se com parlamentares da CPMI do Golpe e afirmou que o relatório produzido pela comissão será utilizado nas investigações sobre o levante bolsonarista contra a democracia.

Participaram da reunião as senadoras Eliziane Gama (PSD-MA), que foi a relatora da Comissão, Soraya Thronicke (Podemos-MS) e o deputado Rogério Correia (PT-MG).

O PGR considera que o relatório da CPMI como uma “linha mestra” acerca dos crimes cometidos pelo antigo governo. As provas recolhidas estão sendo utilizadas nas investigações sobre o golpe.

E o caso da reunião organizada por Jair Bol-

sonaro com seus ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Walter Braga Netto (Casa Civil) para coordenar os ataques contra as urnas eletrônicas. O ex-ajudante de ordens, Mauro Cid, também estava presente no encontro, que ocorreu no dia 5 de julho.

Além disso, as investigações estão utilizando as provas obtidas pela CPMI acerca da participação de agentes das Forças Especiais do Exército, os chamados “kids pretos”, no golpe do dia 8 de janeiro.

Esses militares orientaram e auxiliaram a multidão bolsonarista a invadir o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Lula: ‘Netanyahu mata mulheres e crianças indiscriminadamente’



Ricardo Stuckert/PR

O presidente Lula após reunião com Pedro Sánchez em que divulgou declaração

Demora na melhoria econômica aumenta a reprovação de Lula, aponta pesquisa Quaest

Pesquisa Quaest, divulgada na quarta-feira (6), aponta que 51% dos entrevistados aprovam o trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto, por outro lado, 46% desaprovam.

QUEDA

O índice de aprovação de Lula caiu três pontos percentuais na comparação com a pesquisa anterior, realizada em dezembro de 2023. A época, 54% dos entrevistados aprovavam o trabalho do presidente, enquanto 43% reprovavam.

Em agosto a mesma pesquisa Quaest registrou o melhor índice pessoal do presidente – 60% aprovava contra 35% que desaprovavam – e do governo – 42% positivo e 24% negativo.

O resultado desta última pesquisa mostra que a população brasileira está esperando mais do governo nos temas que envolvem a economia e a melhoria da qualidade de vida. Claramente existe uma insatisfação com o ritmo de crescimento das atividades, com alta de preços e com as defasagens salariais. Para 38% dos entrevistados, a economia no Brasil piorou nos últimos 12 meses. Para 34%, ficou do mesmo jeito. Apenas 26% consideraram que a economia melhorou. Segundo o levantamento, 3% dos entrevistados não souberam ou não responderam.

ECONOMIA

A expectativa pela retomada das mais intensas das atividades econômicas do país ainda não está sendo atendida no ritmo desejado e a população está explicitando insatisfação com esse quadro. Não há um sentimento claro de que as coisas estão melhorando, algo expresso no resultado da pesquisa Quaest. Na comparação com a pesquisa anterior, houve um crescimento de 7 pontos percentuais entre aqueles que acham que a economia piorou, e uma queda de 8 pontos entre os que acreditam que houve uma melhoria.

Os preços dos alimentos nos supermercados interferiram na avaliação. A própria Quaest revela que até agosto, a perspectiva de queda no pre-

ço dos alimentos era crescente, chegando a 36%. Depois disso, houve uma ligeira queda até dezembro, quando 32% ainda diziam que houve queda no preço dos alimentos. De lá pra cá, esse índice despencou e atualmente apenas 13% dos entrevistados afirmam que os preços dos alimentos estão em queda.

ALIMENTOS

Por outro lado, 73% afirmam que os preços dos alimentos subiram. Essa percepção era de 37% em agosto de 2023 – menor índice da série – e subiu de forma vertiginosa a partir de dezembro, quando 48% afirmavam que os preços subiram.

O impacto econômico também encontra eco no preço das contas de serviços residenciais, como luz e água, que subiram para 63%, como também dos combustíveis, considerados mais caros para 51% dos entrevistados. Até mesmo entre declarados eleitores de Lula, a expectativa econômica vem caindo de forma recorrente, passando de 86% que apostavam em melhor no início do mandato para atuais 69%.

Com a demora na retomada da economia, a pesquisa mostra que cresceu a desesperança. 46% dos entrevistados afirmaram que têm a expectativa de que a economia vai melhorar. Para 31%, a economia vai piorar. Além disso, 19% acreditam que vai permanecer como está. Por fim, 4% não souberam ou não responderam. Na comparação com o levantamento anterior, houve uma queda de 9 pontos percentuais entre aqueles que acreditam que a economia vai melhorar.

GOVERNO

A pesquisa Quaest também perguntou como os entrevistados avaliavam o governo Lula de forma geral. Segundo o levantamento, 35% avaliam o governo de forma positiva. A avaliação é negativa para 34% dos entrevistados e regular para 28%. Não souberam ou não responderam somam 3%. Na comparação com a pesquisa anterior, a avaliação positiva do governo oscilou 1 ponto percentual para baixo (antes estava em 36%). Já a avalia-

ção negativa cresceu 5 pontos percentuais (antes estava em 29%).

As opiniões não variaram em relação à pesquisa anterior quando a pergunta foi a comparação com o governo passado. Para 47% dos entrevistados, o governo Lula está melhor do que o governo Bolsonaro. Por outro lado, 38% disseram que a gestão atual está pior do que a anterior e 11% acreditam que os governos estão iguais. Não souberam ou não responderam somam 4%.

A reprovação do governo entre os evangélicos, que era de 30% no início do mandato, agora está em 48%. O salto maior, de 13 pontos percentuais, se deu entre dezembro e fevereiro. Apenas 22% dos evangélicos classificam como positivo o governo e 27% como regular.

DECISÕES DO STF

Outra pesquisa também da Quaest avaliou algumas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A maioria dos brasileiros (74%) avalia que o STF “incentiva a corrupção” ao anular punições da operação Lava Jato a empreiteiras. Outros 14% acham que não e 12% não responderam ou não souberam opinar.

Outra pergunta foi sobre as críticas de Lula ao genocídio praticado pelo governo israelense em Gaza. 60% dos entrevistados consideram que Lula exagerou ao comparar o que acontece em Gaza ao que Hitler fez na Segunda Guerra. Por outro lado, 28% acham que Lula não exagerou. O restante (12%) não soube responder.

MULHERES

Entre as mulheres, um público que sempre apoiou majoritariamente a administração de Lula, a aprovação pessoal do presidente passou de 60% em agosto do ano passado para atuais 51% – uma queda de 9 pontos. Ao mesmo tempo, a desaprovção de Lula entre as mulheres cresceu de 35% para 45% no período. O levantamento ouviu 2 mil pessoas entre os dias 25 e 27 de fevereiro, em 120 municípios, e foi encomendado pela Genial Investimentos. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

“O direito de defesa transformado em direito de vingança”, disse o presidente, que se reuniu no Planalto, na quarta (6), com o chefe do Executivo espanhol, Pedro Sánchez

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mantém as críticas que tem feito ao governo de Israel, chefiado pelo fascista Benjamin Netanyahu.

Lula declarou, na quarta-feira (6), que Israel transformou o direito de defesa em “direito de vingança” após os ataques do Hamas, em 7 de outubro de 2023.

“O direito de defesa transformado em direito de vingança constitui, na prática, punição coletiva que mata indiscriminadamente mulheres e crianças”, disse o presidente ao ler declaração oficial após o encontro.

“É fundamental avançar rapidamente na criação de um Estado Palestino e reconhecê-lo como membro pleno da ONU, um Estado que seja economicamente viável e que possa conviver em paz com Israel”, emendou.

As hordas fascistas israelenses têm praticado um genocídio na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Os números são absurdamente catastróficos.

A guerra na Faixa de Gaza, que completou 4 meses, nesta quarta-feira, com saldo de **30.631 mortos na Faixa de Gaza** pelos ataques israelenses, segundo o Ministério da Saúde em Gaza, sendo a maioria de mulheres e crianças. Também anunciou que 97 pessoas morreram nas últimas 24 horas e que 72.043 ficaram feridas no território palestino desde o início do conflito, em 7 de outubro.

Quem não morreu ou foi ferido no massacre perpetrado por Israel pode morrer de fome ou de doença. Já que os suprimentos que chegam, em forma de ajuda humanitária — comida e remédios — são barrados pelo governo de Israel.

Pelo menos 20 pessoas morreram devido à desnutrição e à desidratação desde o início da guerra em Gaza, incluindo

Gleisi diz que Roberto Campos Neto pretende “submeter o Brasil a uma ditadura monetária”

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que os juros altos mantidos pelo Banco Central “estagnaram o crescimento no segundo semestre” e denunciou que Roberto Campos Neto quer “submeter o Brasil a uma ditadura monetária”.

A declaração de Gleisi ocorreu em resposta ao presidente do Banco Central (BC), Campos Neto, que disse estar disposto a negociar com o governo para ampliar a autonomia do BC.

“Governo Lula fez o PIB de 2023 crescer 3 vezes acima das previsões, mas os dados do IBGE demonstram que os juros exorbitantes derrubaram os investimentos e estagnaram o crescimento no segundo semestre”, escreveu em suas redes sociais.

“É uma política monetária

um menino de 15 anos que foi declarado morto no complexo médico Al-Shifa na quarta-feira (6), disse o Ministério da Saúde palestino em Gaza.

BLOQUEIO

O presidente também criticou a ajuda humanitária que vem sendo retida, como alimentos, e voltou a defender o fim do conflito e a criação do Estado Palestino, com assento na ONU (Organização das Nações Unidas).

O tema foi objeto de discussão em reunião entre Lula e o presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, e comentado em declaração conjunta após o encontro, que ocorreu no Palácio do Planalto.

CONFLITOS

Após a declaração, Lula foi questionado por jornalistas sobre o posicionamento dele contra a guerra na Faixa de Gaza.

Ele frisou que o Brasil mantém o posicionamento contra o conflito no Oriente Médio, e também contra a guerra entre Rússia e Ucrânia.

“Se alguém tinha dúvida, as últimas imagens do que aconteceu em Gaza mostram para que todos nós, seres humanos, não percamos o humanismo que ainda temos dentro de nós. Não sejamos algoritmos, sejamos seres humanos”, enfatizou o presidente.

“Não é possível continuar essa matança sem que o Conselho de Segurança da ONU pare essa guerra e permita que chegue alimento, chegue remédio. Tem mais de 30 toneladas de alimentos estocadas lá e não consegue chegar”, acrescentou.

Sánchez, por sua vez, afirmou que o governo da Espanha também pede pelo fim do conflito e questionou as ações do governo de Israel. “Eu tenho dúvidas se as ações do governo de Israel seguem as normas do direito internacional”, disse.

que segue ameaçando o país”, continuou.

Gleisi reclamou que, mesmo diante do fracasso dessa política monetária, Roberto Campos Neto, indicado para a Presidência do Banco Central por Jair Bolsonaro, continua querendo “ainda mais autonomia para o BC”.

“Segue defendendo taxa de juros acima da realidade, contenção de crédito e ainda aponta os salários melhores como risco. Querem submeter o Brasil a uma ditadura monetária”, completou.

Desde 2023, Roberto Campos Neto só aceitou uma redução ainda muito tímida da taxa básica de juros (Selic), de 13,75% para 11,25%, ainda que a inflação estivesse totalmente sob controle.

Ramagem determinou apagar o rastro de relatório feito para ajudar Renan Bolsonaro

Um agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi pressionado para apagar as pegadas de espionagem ilegal feita para ajudar o filho de Jair Bolsonaro, Jair Renan Bolsonaro.

Em depoimento à Polícia Federal, um oficial da Abin relatou ter recebido, em 2021, uma ligação de um assessor do diretor-geral da Agência, Alexandre Ramagem, falando para que “desse um jeito” e tirasse do ar um relatório que teria sido inserido no sistema da Abin por engano.

O relatório era sobre a espionagem ilegal que foi feita contra o ex-pessoal trainer de Jair Renan Bolsonaro.

Ele estava sendo investigado pela PF junto com Jair Renan por terem feito reuniões com empresários nas quais cometeram o crime de tráfico de influência. Os dois recebiam “presentes” dos empresários para conseguir favorecê-los em ações no governo Bolsonaro, no qual tinham amigos.

No dia 17 de março de 2021, o relatório foi inserido no sistema da Abin, deixando-o disponível para que todos lá chegassem. O objetivo do grupo criminoso, porém, era que somente Alexandre

Ramagem recebesse o documento.

O assessor de Alexandre Ramagem sugeriu “retirar o documento” do sistema ou “limitar o seu acesso”.

Isso não foi possível porque todos já tinham acesso ao relatório dentro do sistema da Abin.

A espionagem contra o ex-pessoal trainer de Jair Renan envolveu, inclusive, perseguição. Um agente da Abin foi flagrado pela Polícia Militar do Distrito Federal tirando fotos do estacionamento do prédio onde ele morava.

O governo de Jair Bolsonaro utilizou a Abin para espionar adversários políticos, líderes sociais e adversários políticos.

A PF descobriu, com a colaboração da Controladoria-Geral da União (CGU), um relatório impresso de um monitoramento feito sobre uma reunião entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a ex-deputada Joice Hasselmann e Antônio Rueda, atual presidente do União Brasil.

“Jantar no Rueda ontem entre o Próprio, Joice e Rod Maia (...) Chegou com um cidadão com pasta de documento na mão... ficou 29min e saiu”, dizia uma mensagem que foi enviada para Ramagem por WhatsApp.

Privatizada por Tarcísio, Linha 7 deixará de atender Luz e Brás

Encurtamento do trecho deve sobrecarregar ainda mais as linhas Vermelha e Azul do Metrô de São Paulo

A entrega da Linha 7 – Rubi da CPTM para a iniciativa privada realizada pelo governo Tarcísio trará ainda mais um ônus aos usuários do sistema público de transporte. A linha que até então liga Jundiaí, no interior do estado de São Paulo, à estação Brás, no centro da capital, agora será encurtada em duas estações. A redução está prevista para acontecer a partir de 28 de junho.

O contrato prevê que, com a nova operação, ela deixará de atender as duas estações finais de seu percurso atual, Luz e Brás, passando a terminar na Barra Funda, na zona oeste da cidade.

Com isso, os passageiros da linha perderão o acesso direto a diversas outras linhas do Metrô e da CPTM que saem dessas estações e passarão a ter que fazer ao menos uma baldeação a mais, partindo da Barra Funda, para ter acesso a elas. Ainda, para o governo de São Paulo a Estação da Luz já estaria saturada e não tem espaço para comportar o desembarque de tantas linhas.

Desde 2021, a Linha 7, que vai até a Luz, é atendida pela CPTM em conjunto com a Linha 10-Turquesa, que parte da Luz, depois para o Brás e depois segue para a região do ABC Paulista. Com o serviço 710, essa viagem direta junta as 31 estações dos dois trechos e liga Jundiaí, a noroeste da capital, diretamente a Rio Grande da Serra, na região do ABC, a sudoeste.

Com a privatização, o serviço 710 também deixará de

existir. A assinatura do contrato, que marca o início da gestão privada, deve acontecer 120 dias depois da realização do leilão da semana passada, ou seja, no fim de junho.

Até o momento, o serviço 710, com as paradas na Luz e Brás, continuam funcionando normalmente. “Depois disso, os passageiros que embarcam na Linha 7 com destino ao Brás precisarão desembarcar na Estação Barra Funda e fazer baldeação”, informou em nota a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI) de São Paulo, responsável pela licitação.

Com o encurtamento da Linha 7, os passageiros que vêm do circuito de Jundiaí e queiram, por exemplo, chegar à Luz, em vez de seguir apenas uma estação a mais pela mesma composição, terão que descer na Barra Funda, andar três estações pela Linha 3-Vermelha, até a República, trocar de trem pela segunda vez e andar mais uma estação, pela Linha Amarela, até a Luz.

As estações Luz e Brás são dois grandes polos de integração do centro da cidade. De lá, partem diversas linhas tanto do metrô quanto da CPTM. É o caso da Linha 4-Amarela e da Linha 1-Azul do Metrô, que saem da Luz rumo às zonas norte, sul e oeste da cidade. A Linha 11-Coral (Luz-Estudantes) e a Linha 12-Safira (Brás-Calmon Viana), além da própria Linha 10 (Luz-Rio Grande da Serra), são outras que partem dali e das quais os usuários da Linha 7 perderão o acesso direto.

Tarcísio ignora denúncias de execuções por PMs na Baixada Santista: “não tô nem aí”

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu a ação de policiais militares na chamada Operação Verão que resultaram na morte de ao menos 39 pessoas e ignorou as denúncias de execuções sumárias por parte de policiais. Em declaração dada nesta sexta-feira (8), Tarcísio diz que não está “nem aí” para as denúncias.

“Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí”, disse o governador.

“Tem uma questão de denúncia, vamos investigar. Agora, nós precisamos de fato saber o que realmente aconteceu. Não há nenhum interesse da nossa parte em confrontar ninguém. Nós tínhamos lá na baixada uma série de barricadas que foram removidas. Locais em que o poder público não entrava. Hoje a gente retirou todas as barricadas. A gente está restabelecendo a ordem. Não existe progresso sem ordem.”

MINISTÉRIO PÚBLICO ABRE INVESTIGAÇÃO

Na última quinta-feira (7), o Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), do Ministério Público de São Paulo, abriu uma notícia de fato para investigar as denúncias de funcionários da Saúde de Santos de que corpos de mortos na Operação Verão da PM na Baixada Santista são levados como vivos para hospitais.

As denúncias foram feitas por funcionários da rede pública de saúde de Santos à TV Globo. Segundo o Ministério Público, as irregularidades teriam ocorrido durante a Operação Verão, deflagrada no começo de fevereiro após a morte do soldado da Rota Samuel Wesley Cosmo, também em Santos. A ação já registra 39 suspeitos mortos.

Os promotores vão colher os prontuários médicos e identificar os socorristas para saber como esses transportes

ocorreram. O Gaesp também oficiou a Secretaria de Saúde de Santos para saber se sindicância interna foi instaurada, além da Corregedoria da PM.

Quando o corpo é retirado do local do crime, o trabalho da perícia fica prejudicado, e é difícil constatar, por exemplo, se houve um homicídio ou uma Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP), isto é, quando alguém é baleado em confronto com a polícia.

De acordo com promotores e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a retirada dos corpos, se for confirmada, pode ser enquadrada como crime de fraude processual. A pena prevista na lei é de três meses a dois anos de detenção, e multa.

CENÁRIO DE MASSACRE

Em nota divulgada também na última quinta (7), o ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, professor Cláudio Silva, afirmou que as operações na Baixada Santista representam um “cenário de massacre e crise humanitária”.

“Esta ouvidoria ultrapassa a marca de mais de 3,5 mil casos em que a Corregedoria da PM não nos forneceu nenhuma resposta. Com referência à Operação Escudo de 2023, nenhum dos oficiais direcionados à Polícia Científica do estado foram respondidos”, disse Silva, em nota. Ele resalta que, com relação às ameaças de vida sofridas pelo ouvidor, apenas o Ministério Público respondeu aos ofícios, enquanto houve absoluto silêncio da SSP.

Ainda segundo o ouvidor, a declaração do secretário da Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) ontem “não corresponde à verdade”. Derrite disse que não tinha recebido nenhuma reclamação formal sobre violência policial na ação da Polícia Militar na Baixada Santista durante a Operação Escudo e a Operação Verão entre 2023 e 2024.



Maior parte dos passageiros da CPTM se dirigem às estações centrais

Parlamentares e entidades repudiam eleição de Nikolas Ferreira para a Comissão de Educação da Câmara

A Frente Parlamentar Mista da Educação protestou contra a posse de Nikolas Ferreira (PL-MG) como presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. De acordo com os parlamentares da frente, Ferreira não possui qualificação técnica ou histórico político compatível com a função.

A bancada considera a condução de Nikolas como “motivo de especial inquietação”, uma vez que “o parlamentar não tem atuação na área ou profundidade para conduzir os trabalhos em um tema que é central para o desenvolvimento do país”.

O deputado, representante do bolsonarismo no Congresso, encerrou seu primeiro ano de mandato sem apresentar qualquer projeto de lei sobre Educação.

Além de não possuir projetos de lei na Câmara, Nikolas Ferreira nunca compôs um colegiado do tipo, seja na no Congresso Nacional, seja na Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde exerceu mandato como vereador entre 2021 e 2022.

A única ação do deputado quando era vereador foi aprovar no município, uma lei proibindo o uso de linguagem neutra em material didático nas escolas.

Além de repudiar a escolha de Nikolas para assumir a comissão, a frente parlamentar ressaltou “que a Comissão de Educação deve ser um colegiado seriamente comprometido com o avanço e a melhoria da educação. A sua liderança precisa refletir o engajamento necessário com a urgência e a seriedade que o tema requer, em prol do futuro de milhões de brasileiros”, cobrou a bancada.

Fora do parlamento, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em



Deputado é representante do bolsonarismo

Educação afirmou ter recebido com preocupação a notícia. “No histórico da vida política do Deputado Nikolas existem muitos fatos que atacam os Direitos Humanos, educacionais e sociais. Mas entendemos a dinâmica do Congresso Nacional e temos a expectativa que o Parlamentar, na atuação de Presidente de uma Comissão fundamental para o povo brasileiro, possa fazer as escutas necessárias, respeitar as diversidades de opiniões e atuar de forma republicana”, afirmou seu presidente, Heleno Araújo.

TERRAPLANISMO BOLSONARISTA

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) também criticou a nomeação de Nikolas. “A UMES de São Paulo se coloca a postos para um debate sério e construtivo em defesa da educação e dos estudantes brasileiros e repudia qualquer tentativa de transformar a Comissão de Educação em um ambiente de retrocesso pelos aliados do bolsonarismo”.

“Neste ano de 2024, importantes pautas de interesse dos estudantes e da sociedade deverão ser debatidos no parlamento

brasileiro, em especial as mudanças no Ensino Médio e no Plano Nacional de Educação, que são fundamentais para mudarmos a realidade de milhões de jovens brasileiros. Um dia após a sua eleição, o deputado, que já chegou a dizer “não ter estudado” se o planeta Terra é ou não redondo e que “cagaria” para o tema, afirmou que pretende debater a famigerada educação domiciliar (homeschooling), onde os pais, ou tutores, seriam os responsáveis formais pela educação dos filhos”.

“A tese, que exclui a escola como eixo fundamental da Educação já foi amplamente rechaçada por todo o setor educacional, mantendo coro somente entre os fundamentalistas religiosos e bolsonaristas, que tem aversão a tudo o que é coletivo. Vale lembrar que o parlamentar possui ainda uma condenação por transfobia contra a deputada Duda Salabert (PDT-MG) e, ao longo da pandemia, manteve uma postura anti-científica, divulgando diversas fake news contra a vacinação da população e incentivando os ataques de Bolsonaro à Saúde, que resultaram na morte de mais de 700 mil brasileiros”.

Brasil registrou 1.463 casos de feminicídio em 2023

O país registrou 1.463 casos de mulheres que foram vítimas de feminicídio no ano passado, ou seja, cerca de 1 caso a cada 6 horas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada.

O número também é 1,6% maior que 2022, segundo o relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) nesta quinta-feira (7). A pesquisa do FBSP apontou que 18 estados apresentaram uma taxa de feminicídio acima da média nacional, de 1,4 mortes para cada 100 mil mulheres.

Dentre os números, o estado com a maior taxa no ano passado foi Mato Grosso, com 2,5 mulheres mortas por 100 mil.

Ainda, empatados em segundo lugar, os estados mais violentos para mulheres foram Acre, Rondônia e Tocantins, com taxa de 2,4 mortes por 100 mil. Na terceira posição aparece

o Distrito Federal, cuja taxa foi de 2,3 por 100 mil mulheres, no ano passado.

Já as menores taxas de feminicídio foram registradas nos estados do Ceará (0,9 por 100 mil), São Paulo (1,0 por 100 mil) e Amapá (1,1 por 100 mil).

No entanto, a pesquisa resalta que no Ceará é preciso fazer uma ressalva. “Desde a tipificação da lei [em 2015], a Polícia Civil do Ceará tem reconhecido um número muito baixo de feminicídios quando comparado com o total de homicídios de mulheres ocorridos no estado, o que nos leva a crer que estamos diante de uma expressiva subnotificação”, apontou o Fórum.

Em 2022, por exemplo, de um total de 264 mulheres assassinadas no estado, e apenas 28 casos receberam a tipificação de feminicídio, o número é 10,6% do total de assassinatos. Desde que a lei contra fe-

minicídio foi criada, quase 10,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio. A pesquisa não possui bases anteriores porque não havia uma legislação sobre o assunto.

“De modo geral, os dados aqui apresentados apontam para o contínuo crescimento da violência baseada em gênero no Brasil, do qual o indicador de feminicídio é a evidência mais cabal. Apesar do enfrentamento à violência contra a mulher ter sido um tema importante na campanha de 2022, nem todos os governadores têm dado a atenção necessária ao tema”, afirmou o FBSP no documento.

O Fórum apontou também que em 2022, 71,9% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos. 16,1% delas tinham entre 18 e 24 anos; 14,6%, entre 25 e 29 anos; 13,2%, entre 30 e 34 anos; 14,5%, entre 35 e 39 anos; e 13,5%, entre 40 e 44 anos.



Copel tem sido alvo de elevadas multas por falhas no fornecimento

Privatização da Copel já afeta a qualidade dos serviços oferecidos

Tem crescido nos últimos meses o número de reclamações de consumidores paranaenses sobre as interrupções no fornecimento de energia elétrica pela Copel – Companhia Paranaense de Energia. “Aumentaram as interrupções de fornecimento, aumentaram as reclamações dos consumidores”, denuncia em sua página na Internet o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR).

A avaliação da companhia pela Agência de Energia Elétrica (ANEEL) também foi afetada. “Além disso, a Copel despencou no ranking de satisfação do consumidor da ANEEL, caindo da 5ª melhor concessionária do Brasil, em 2017, para a 15ª posição em 2022. Resultado dos apagões e das variações na tensão da rede”, continua a entidade.

A agência reguladora estabelece, com base na Normativa 956/2021, vários outros parâmetros para medir a qualidade de energia fornecida por uma concessionária, como por exemplo, o nível de tensão a ser distribuído a cada consumidor. Ou seja, a concessionária deve garantir energia elétrica em 127V ou 220V com uma variação máxima de 3% para cima ou para baixo. O descumprimento destes patamares impõe multa à concessionária em cumprimento à essa resolução.

Segundo o sindicato, a Copel tem sido alvo de elevadas multas por causa do problema – notificações que saltaram nos últimos anos. “Para se ter uma ideia, a média registrada entre os anos de 2011 a 2018 ficou em R\$ 69,7 mil. Já na gestão do governador Ratinho Junior e do CEO da Copel indicado por ele, Daniel Pimentel, o valor saltou para R\$ 342 mil em 2018”. Os patamares se mantiveram altos em 2023, ano da privatização da companhia. “A Copel teve que pagar R\$ 506 mil por descumprimento da tensão regulamentada. Ou seja, crescimento de 625%”, informa o Senge-PR.

Para o presidente da entidade, Leandro Grassmann, na situação atual, a nova gestão da Copel indicada por Ratinho escolhe qual conta pagar: das multas ou do custo de investir em manutenção de rede e minimizar as oscilações de tensão quanto os apagões.

“A ANEEL faz o trabalho dela que é monitorar a tensão e multar a empresa por não atender as métricas técnicas. Já a Copel, por sua vez, avalia se compensa corrigir o problema, contratar mais equipes ou se sai mais barato pagar as multas, mesmo que sejam elevadas”, diz Leandro. O que vemos, na prática, é a Copel demitindo funcionários ano após ano e o valor das multas crescendo. Mas parece que ainda compensa para a empresa”, avalia.

APAGÔMETRO

Em resposta a isso, o deputado estadual Arilson Chiorato (PT/PR) lançou nesta segunda-feira (04) o “Apagômetro no Paraná”, plataforma online que revela como a privatização da empresa, realizada pelo governo Ratinho Jr, resultou na piora dos serviços de fornecimento de energia e no aumento das reclamações de consumidores em todo o estado.

Com base nos números produzidos pelo Senge-PR e um disk denúncias do próprio mandato, a plataforma revela as cidades que registraram ocorrências de apagão após a privatização. No total, 387 das 399 cidades do estado tiveram falhas no serviço após a venda da Copel.

“Nós avisamos que a privatização da Copel iria derrubar a qualidade dos serviços e hoje temos apagões em todo o Estado. Das 399 cidades do Paraná, 387 já registraram interrupções e quedas de energia depois da Copel ser vendida pelo governo Ratinho Jr. E pior, além dos apagões, a Copel não vem entregando o mínimo de energia para o consumidor”, denunciou Arilson.

“A má qualidade no fornecimento de energia e as falhas frequentes nos serviços refletiram no aumento das reclamações, que por sua vez fez explodir as multas aplicadas à Copel. E quem acaba pagando por estas multas certamente são os consumidores, a população do Paraná”, criticou o deputado.

Elio Gaspari e a perseguição bolsonarista aos sindicatos

O jornalista Elio Gaspari, em artigo na Folha, do dia 2 de março, reclamou que, “desde a posse, Lula batalha para recriar a contribuição sindical”, que ele faz questão de caracterizar como “tributo”.

Gaspari acusa Lula de, “com mão de gato”, mudar-lhe o nome e a “metodologia da mordida”. Reclama também que o Supremo Tribunal Federal “decidiu que a cobrança de uma contribuição de todos os trabalhadores de uma categoria é constitucional, desde que seja assegurado o direito de oposição”.

Quem quer “morder” o trabalhador são exatamente aqueles que usam jornalistas como Elio Gaspari para tentar destruir os sindicatos, estrangulando as suas finanças e impedindo a sua luta.

Temer se antecipou a Bolsonaro e fez a parte mais suja do serviço na reforma trabalhista. Sufocou a estrutura sindical de uma só vez, aproveitou o contra pé do petismo e o clima anti Dilmista, e acabou com a Contribuição Sindical. Derrubou 90% da arrecadação dos sindicatos. Repentinamente, sem recursos, o movimento sindical teve imensas dificuldades para resistir ao arrocho. Estavam escancaradas as portas para passar o rodo nos direitos trabalhistas e na CLT.

Foi a farra do boi: mais de 103 artigos derrubados. Coisa do diabo. Mulher grávida trabalhar em local insalubre, desde que com o consentimento do médico da empresa, trabalho intermitente, quando o trabalhador só ganha pelas horas efetivamente trabalhadas, embora fique à disposição do patrão toda jornada, extensão da jornada para doze horas, almoço de meia hora. Obrigou o trabalhador a arcar as custas de processo na Justiça do Trabalho, no caso de ter rejeitada sua petição, liberou a terceirização da atividade-fim, acabou com a obrigatoriedade da homologação no sindicato na hora tensa da demissão, entre outros atentados.

Para Elio Gaspari, “com mão de gato, arma-se a volta do imposto sindical, embutindo-a num projeto que regula o trabalho aos domingos e feriados”. Ato falho à parte, foram desastrosas as consequências da “mão leve” de Temer e Bolsonaro – enfraquecendo o lado do trabalhador nas negociações coletivas – para a economia do país.

As medidas que impediram os trabalhadores de construir e manterem suas entidades trouxeram a informalidade para dentro das fábricas e das empresas, aguçaram os espíritos selvagens, estreitaram mais ainda a opção pelo mercado interno, estimularam o lucro especulativo, a desindustrialização do país e o retrocesso à época agrário exportadora, coisa que Gaspari parece saudosista.

E segue: “O imposto sindical foi criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e custava aos trabalhadores o equivalente a um dia de trabalho”. Foi exatamente assim. Nisso Gaspari tem toda razão. Getúlio deu ao trabalhador o direito de sustentar suas entidades para permitir uma luta justa pelos seus direitos. Getúlio ficou mais famoso também pelo outro lado da moeda, a criação da CLT, consolidação dos direitos trabalhistas que Bolsonaro bombardeou.

Para o jornalista da Folha, “toda essa encrenca surgiu quando Vargas decidiu que uma categoria só poderia ter um sindicato no município, criando monopólios”. Não teve encrenca. O que teve foi a garantia da unidade na luta e um maior equilíbrio nas negociações coletivas, o que teve foi o fortalecimento da democracia e do mercado interno. Enfim, foi o desenvolvimento do país. É isso o que incomoda Gaspari.

CARLOS PEREIRA

Petroleiros de refinaria privatizada entram em greve contra demissões

Em protesto contra demissões em massa, os trabalhadores da refinaria Mataripe, antiga Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, anunciaram a paralisação das atividades nesta quarta-feira (6). A refinaria pertencia à Petrobras até 2021, quando foi privatizada na gestão Bolsonaro, e vendida ao fundo árabe Mubadala.

Administrada pelo grupo Acelen, a refinaria tem 1.725 funcionários, sendo 700 terceirizados e, de acordo com o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Estado da Bahia (Sindipetro), nos últimos dias, 150 trabalhadores, sendo 30 da própria empresa e 120 terceirizados foram demitidos. Apenas na terça-feira (5) ocorreram 28 dispensas.

A paralisação foi aprovada em reunião com diretores Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Sindipetro Bahia e do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Siticcan). “Lutamos pela manutenção dos empregos e contra a política irresponsável da Acelen que promove a cada dia demissão em massa”, afirma Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

De acordo com Bacelar, o aumento das demissões estão ocorrendo desde que o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em viagem ao Oriente Médio em fevereiro, anunciou que está construindo uma parceria com o fundo árabe Mubadala Investment Company para que a estatal brasileira retome a operação da Rlam. “Tudo indica que depois desse anúncio, a Acelen está reduzindo o número de efetivo — próprio e terceirizado —, o que impacta na manutenção das unidades e na segurança das atividades”, disse Bacelar.

O sindicalista afirma também que a FUP tem recebido denúncias de que os contratos de manutenção no Terminal Madre de Deus, na Bahia — operado pela Transpetro mas vendido ao fundo Mubadala —, foram reduzidos, provocando demissões de trabalhadores.

No início deste ano, foi aberta uma investigação administrativa para avaliar a venda da refinaria e um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) concluiu que a refinaria foi vendida por um preço abaixo do mercado.

Entidades convocam protesto em defesa da indústria naval brasileira



Sindicatos realizam ato em frente à sede Petrobrás nesta sexta-feira (15)



Servidores da Educação rejeitam proposta da Prefeitura de São Paulo e iniciam greve

Em assembleia realizada nesta sexta-feira (08) servidores da educação municipal de São Paulo decidiram rejeitar a proposta de 2,16% de reajuste apresentada pelo prefeito Ricardo Nunes e dar continuidade à greve da categoria deflagrada no dia de ontem. Convocados pelo Sinpeem, Sedin e Sinesp, que compõem a Coordenação das Entidades Sindicais Específicas (Coeduc), centenas de profissionais de educação reunidos em frente à Câmara Municipal disseram não ao prefeito.

Um dos pontos rejeitados pelos profissionais é a política de remuneração por subsídio, proposta por Nunes, que retira direitos e destrói a carreira dos servidores. A categoria também exige o fim do confisco previdenciário e é contra o aumento de apenas 3,62% sobre os pisos salariais, conforme propõe a prefeitura.

“Analisamos as respostas dadas pelo governo às nossas reivindicações e consideramos insatisfatórias, portanto, rejeitamos. Não incorporamos, conforme nós queremos, os abonos complementares (39%) e não propõe nada contra o confisco previdenciário”, explica Cláudio Fonseca, diretor do Sinpeem.

“Então nós rejeitamos a proposta, decidimos dar continuidade à luta e vamos realizar nova manifestação na quarta-feira (13)”, completou.

“Os sindicatos que compõem a Coeduc atuam para encerrar a campanha (salarial) com definição do reajuste e outros pontos da pauta de reivindicação até abril, porque 2024 é um ano eleitoral, o que impõe resoluções antecipadas pelo governo em relação a salários e benefícios dos servidores públicos”, explica o Sinesp em sua página na internet.

Por sua vez, Claudete Alves, presidente do Sedin, também reitera a defesa da carreira e critica a proposta de subsídio. “Temos que defender a carreira da educação. Nós, sindicato específico da educação, não vamos abrir mão da nossa carreira, que acaba (remuneração por subsídio) com quinquênio, 6ª parte, evolução e nos deixa não mãos de qualquer que seja o governo”, alerta.

Além da intensa chuva que caiu sobre São Paulo nesta sexta-feira, os manifestantes também enfrentaram dificuldades com a polícia, que não permitiu que o carro de som acompanhasse a caminhada até a avenida Paulista para o ato

em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

“A PM tentou impedir a caminhada pacífica de profissionais da educação, mulheres com crianças, muitas aposentadas que são exemplos de luta, tiveram que caminhar sob o olhar desdenhoso e hostil de centenas de PMs”, denunciou Célia Cordeiro, diretora do Sindicato.

A passeata também não foi impedida de acontecer porque Fonseca conseguiu negociar com a Polícia Militar a liberação da pista para a movimentação dos manifestantes.

Após os incidentes, os profissionais de educação conseguiram se juntar a vários movimentos sociais em homenagem à Mulher, que teve palavras de ordem contra o preconceito, a misoginia, a violência, em defesa da igualdade de direitos e contra o massacre de palestinos por Israel.

A manifestação e assembleia da próxima quarta para avaliar o movimento e sua continuidade estão previstas para acontecer às 14h, em frente à Prefeitura, no Viaduto do Chá, com caminhada até à Câmara dos Vereadores, no viaduto Jacareí, na capital paulista.



Movimento contra afretamento sem limites de navios estrangeiros reúne petroleiros, marítimos, metalúrgicos e parlamentares

O Fórum pela Retomada da Construção Naval, formado por diversas entidades sindicais de trabalhadores marítimos, metalúrgicos, petroleiros, parlamentares, além de representantes das centrais sindicais CUT e CTB, estão convocando uma ampla manifestação nacional em defesa da indústria naval brasileira e contra o afretamento sem limites de navios estrangeiros. O ato acontece no próximo dia 15 (sexta-feira), às 10 horas, em frente ao Edisen (Edifício Senado), da Petrobrás, no Rio de Janeiro.

Na última reunião para organizar o ato, na sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar), no centro do Rio, os integrantes do Fórum também aprovaram a entrega de um manifesto com propostas para a recuperação da indústria naval do Brasil ao presidente Lula. O encontro contou com a presença do presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Construção Naval, deputado federal Alexandre Lindenmeyer; da vice-presidente da Frente Parlamentar, deputada Jandira Feghali; e da deputada estadual, Célia Jordão, presidente da Comissão Especial da Indústria Naval na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Durante o encontro, os presentes denunciaram a prática de afretamento exagerado de petroleiros e gaseiros construídos e registrados em outros países, que se tornou regra na Petrobrás, “e vem causando danos ao Brasil na geração de empregos e hostil de centenas de PMs”, denunciou Célia Cordeiro, diretora do Sindicato.

“A atual gestão da Petrobrás, por meio de decisões tomadas por gerentes do terceiro escalão, de maneira desalinhada com os rumos propostos por seu acionista maior — o Estado brasileiro — vem dando continuidade ao que já ocorria na administração anterior, com procedimentos internos que impedem a participação de empresas brasileiras nas atividades de construção naval e de transporte marítimo no País. Ela está excluindo até mesmo a sua própria subsidiária, a Transpetro, sem observar as vantagens em escala geradas quando os navios são construídos no Brasil e operados em bandeira brasileira”, afirmam os integrantes do Fórum.

De acordo com as entidades, a decisão pelo afretamento, além de contrariar a orientação do governo, ignora os dispositivos da Lei 9.478/1997, conhecida como a ‘Lei do Petróleo’, que estabelece: “A Petrobrás deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente, a outras empresas”.

“Não é possível que o Brasil continue à mercê de gerentes de escalão inferior com motivações equivocadas, que não seguem a legislação e se mostram incapazes de perceber os danos que estão causando ao País”,

afirmou o presidente do Sindmar e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Contt-maf), Carlos Müller.

“A maior empresa do Brasil, que responde por 70% de todas as cargas movimentadas na costa do País, não está alinhada com o crescimento da frota em bandeira brasileira. Hoje, em nossa cabotagem, na área de petróleo e gás, são apenas 11 navios brasileiros operados pela Transpetro e mais de 100 estrangeiros afretados pela Logística da Petrobrás. O plano estratégico da empresa não prevê ações para reduzir a dependência externa”, denunciou Müller.

Para o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Joacir Pedro, “se nós não construirmos esses navios, a Transpetro estará com a sua morte anunciada dentro de poucos anos”.

“A gestão anterior pegou a Transpetro com mais de 60 navios e entregou com apenas 26, que foram construídos no programa de modernização da frota dos governos Lula e Dilma. Ao mesmo tempo, tiraram da Transpetro a governança, tiraram da Transpetro o jurídico, que agora está voltando, enfim, tentaram preparar a Transpetro para ela poder ser privatizada, como foram algumas unidades da Petrobrás. É necessário corrigir isso”, acrescentou.

A secretária-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/RJ) e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ (Sindimetal/Rio), Raimunda Leone, ressaltou a importância do Fórum pela retomada da construção naval. “O Fórum, lá nos anos 2000, foi o principal interlocutor dessa frente de luta em defesa da indústria naval e através desse trabalho nós conseguimos recuperar parte da atividade aqui no Rio de Janeiro. Então, nós já temos experiência de como encaminhar, porque só vamos conseguir avançar se a gente estiver organizado e mobilizado”, disse.

Para o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, falta coordenação por parte do próprio Poder Executivo para tratar a questão. “(...) Nós temos isso lá [no Congresso], vários grupos de trabalhos que foram criados no MDIC, no MME, na Casa Civil, na Secretaria Geral da Presidência, em que cada um discute de uma forma, mas não discute de forma coordenada. Temos, até então, após um ano de gestão do presidente Lula, uma dificuldade de o governo determinar, cobrar e exigir que as empresas que estão no País cumpram um conteúdo local”, disse.

De acordo com o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Rio de Janeiro (CTB-RJ), Paulo Farias (Paulinho), falta interesse dos governos locais pela retomada da indústria naval. “O governo do estado, o governo municipal, são governos inéditos neste sentido, que não querem saber nada sobre a indústria naval no Rio de Janeiro. Como o prefeito se omite desse debate? Como o governador não quer nem saber? O estado é campeão em desemprego, com mazelas que a gente vê todos os dias nos jornais”, protestou.



Mentiras do NYT acobertam genocídio
New York Times mente sobre
“estupros em 7 de outubro”

Reprodução

CAITLIN JOHNSTONE*

O meio de propaganda imperialista The New York Times está atualmente envolvido em um enorme escândalo sobre suas reportagens que alegam estupros coletivos em 7 de outubro – e o escândalo está sendo alimentado em parte por vazamentos de sua própria equipe de jornalistas.

Caso você não esteja acompanhando a história, em dezembro o Times publicou um artigo intitulado “Gritos sem palavras”(Screams Without Words): como o Hamas armou a violência sexual em 7 de outubro”, que estava repleto de contradições que foram expostos por pesquisas de revistas como The Grayzone, Electronic Intifada e Mondoweiss. Mais tarde, foi divulgado, com a ajuda de uma conta anônima no Twitter chamada “zei squirrel”, que um dos três autores do artigo do New York Times—Anat Schwartz—é uma veterana da inteligência israelense que apoia o genocídio e que nunca havia trabalhado com jornalismo antes, e que outro autor da peça – um escritor de culinária chamado Adam Sella – é sobrinho de seu cônjuge.

No final de janeiro, uma reportagem do The Intercept revelou que havia um grande conflito interno no The New York Times sobre a solidez da reportagem em “Screams Without Words”, com um podcast do Times dedicado ao artigo, adiado e depois cancelado quando sua equipe não concordou se deveria manter o relatório original e arriscar uma retratação embaraçosa, ou apresentá-lo sob uma luz menos certa e anunciar tacitamente que não tinham confiança no seu relatório.

NENHUMA EVIDÊNCIA

Outro dia, o The Intercept publicou um artigo de acompanhamento que incluía mais informações de fontes do New York Times, bem como confissões contundentes que Schwartz fez em hebraico em um podcast israelense sobre o processo de publicação de “Screams Without Words”. Os comentários de Schwartz deixam claro que em todos os lugares em que ela olhou no início da sua investigação não encontrou nenhuma evidência de agressão sexual, só encontrando “evidências” quando ela passou para fontes completamente desacreditadas, como o grupo ultraortodoxo Zaka. Também deixa claro que foi o The New York Times quem abordou Schwartz para ajudar a escrever “Screams Without Words” por sua própria iniciativa—então este escândalo é responsabilidade do jornal.

Em resposta aos vazamentos no primeiro artigo do Intercept, o The New York Times lançou uma grande investigação sobre como vazaram as informações para determinar quem as divulgou, em especial acerca dos conflitos internos no jornal, para fontes externas. Vários funcionários anônimos do New York Times disseram a Charlotte Klein, da Vanity Fair, que não conseguiam se lembrar de semelhante investigação ter ocorrido antes e que a acharam desconcertante. “Não é algo que fazemos”, disse uma fonte a Klein. “Esse tipo de caça às bruxas é realmente preocupante”.

Portanto, os funcionários do New York Times não estão apenas vazando informações sobre conflitos internos nos bastidores do jornal, mas também estão informando sobre a investigação em torno desses vazamentos.

E agora o Times Guild (sindicato do jornal NYT) enviou uma carta para a editora do New York Times AG Sulzberger (cuja família publica o jornal há mais de um século), acusando a administração do NYT de estar discriminando funcionários árabes e muçulmanos para interrogá-los por suspeita de vazamento. Imaginem a indignação se um meio de comunicação acusasse explicitamente os judeus sob suspeita de trair os seus interesses por causa de uma história relacionada com Israel.

Isto está acontecendo porque a propaganda necessária para cobrir um genocídio ativo diverge tão fortemente daquilo que os jornalistas foram treinados a esperar de um meio de comunicação que até mesmo o pessoal bastante leal ao establishment da grande imprensa está assustado. A cobertura do NYT sobre a destruição de Gaza por Israel tem sido tão abertamente tendenciosa a favor dos interesses dos EUA e Israel que está começando a despertar as pessoas dentro do próprio meio de comunicação—pessoas cujo trabalho não oficial é escrever propaganda para o Império Americano.

Esta é uma das fraquezas do Império: depende de pessoas comuns para operar as engrenagens de suas instituições e essas pessoas têm sido enganadas sobre o que são essas instituições e o que fazem. Vimos isto ilustrado recentemente na autoimolação de Aaron Bushnell, que, segundo o seu amigo Levi Pierpont, inicialmente se alistou nas Forças Aéreas dos EUA para viajar e ver o mundo, mas foi rapidamente radicalizado pelo que viu no interior da máquina de guerra dos EUA. Também vimos isso na forma como a equipe da CNN tem fornecido informações a outros meios de comunicação sobre as políticas de parcialidade pró-Israel da rede, e como ocorrem os protestos internos e as demissões na administração Biden por causa de Gaza.

O Império ocidental não pode funcionar sem (A) pessoas comuns e (B) mentiras e propaganda ininterruptas, e, quanto maior o descaramento e desajeitado o ‘B’ se tornar, mais entrará em conflito com sua necessidade de ‘A’. O império terá dificuldade em fazer com que seus cidadãos aceitem lançar suas bombas, mover sua maquinaria de guerra, criar sua propaganda e administrar suas agências governamentais se continuar a agir de forma que entre em conflito dramático com aquilo que os ocidentais foram ensinados a acreditar sobre sua sociedade, os seus meios de comunicação social, seu governo e seu mundo.

E por isso que às vezes você verá o Império recuar antes de tomar as ações mais horríveis que poderia. Isso não acontece porque é moral ou gentil, acontece porque não pode dar-se ao luxo de despertar muitas pessoas para a sua depravação. Essa é a linha que tem feito o Império andar na corda bamba nestes últimos cinco meses, e quanto mais atenção nós, pessoas comuns, pudermos chamar para o conflito entre suas ações e as narrativas sobre si mesmo, mais se agitará aquele fio fino sobre o qual os seus pés lutam para se equilibrar.

**Caitlin Johnstone é poeta e jornalista australiana*

Biden tenta esconder crise dos EUA dizendo que país está “de fazer inveja”



“EUA nunca foi tão bem”, disse Joe Biden ao tentar passar gato por lebre

Fascistas fracassaram em calar deputado que se ergueu no parlamento israelense contra o genocídio em Gaza

A pedido do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Nathaniel Braia entrevistou o deputado israelense Ofer Cassif, que teve ameaçado seu mandato de deputado do Knesset (parlamento) simplesmente por ter dado razão à iniciativa da África do Sul de processar Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, por genocídio.

Os deputados que tentaram cassar o mandato de Cassif não tiveram sucesso, pois eram necessários 90 votos dos 120 deputados para afastá-lo do parlamento, e a proposta de cassação obteve 85 votos. O governo Netanyahu e seus apoiadores no Knesset buscam silenciar todas as vozes opositoras, inclusive mediante assassinatos e prisões de jornalistas palestinos atuantes na Faixa de Gaza e Cisjordânia.

Cassif foi eleito pelo coligação do partido Haddash (comunista) com o partido árabe israelense Ta'al. A seguir a entrevista:

Nathaniel Braia – Em primeiro lugar, nossas saudações pela vitória no Knesset derrubando a tentativa de cassação de seu mandato. Como foram os trâmites persecutórios contra você e por que razão alguns não o querem aí no parlamento?

Ofer Cassif – Antes de tudo, obrigado pelas saudações. Oitenta e cinco dos 120 deputados votaram contra o meu mandato, não realmente porque acham que eu tenha violado a lei, mas simplesmente porque querem silenciar todas as vozes que se opõem à guerra e à ocupação e que expressam empatia com os cidadãos ino-

centes de Gaza. Essa é a razão verdadeira.

Braia – Em que medida essa tentativa de lhe tirar do parlamento agride a democracia?

Cassif – Israel nunca foi realmente uma democracia, é uma etnocracia. A democracia inclui como conceito mínimo a igualdade entre todos os seus cidadãos. Em Israel, desde o primeiro dia de sua existência, existe uma instituição de supremacia judaica. Portanto, não é uma democracia e isso se agrava desde a ocupação de 1967, sob a qual milhões de palestinos vivem sem direitos básicos. Mais ainda, os direitos democráticos que os cidadãos judeus tinham estão sendo agora eliminados. Desde o 7 de outubro há uma perseguição sistemática e um silenciamento de vozes de oposição, inclusive mediante a violência contra as famílias dos assassinados e reféns desde o 7 de outubro.

O governo de Netanyahu e Ben Gvir está convertendo o regime israelense em um regime ditatorial e totalmente fascista. Esse governo de um bando de assassinos fascistas está sacri-



Cassif abraçado por colegas após vencer a trama fascista

ficando a vida de palestinos, estendendo essa agressão e com isso sacrifica reféns e soldados israelenses, tudo para se manter no governo.

Braia – Um grupo de palestinos, segundo o jornal Haaretz, estava em uma fila aguardando ajuda humanitária e foram mortos por artilharia israelense...

Cassif – Uma vez mais se produziu um terrível massacre. Foram disparos contra centenas de palestinos famintos e muito angustiados. Eles não atacavam, apenas estavam aguardando caminhões com comida. Mais de cem pessoas foram assassinadas e várias centenas ficaram feridas. E terrível. E terrível.

Braia – E sobre os riscos ainda maiores da alardeada invasão de Rafah por Israel?

Cassif – A invasão de Rafah seria catastrófica. Provocaria uma matança de palestinos e também levaria à morte reféns e soldados israelenses. É preciso que se evite isso. Na minha opinião os crimes que o governo israelense comete em Gaza conduzem definitivamente ao genocídio.

Comunistas russos homenageiam Stalin, que levou a Humanidade à vitória contra o nazismo

Na homenagem prestada ao líder da construção do socialismo na União Soviética e da vitória contra o nazismo, Joseph Stalin, junto às muralhas do Kremlin pelo 71º aniversário de sua morte em 5 de março de 1953, o presidente do Partido Comunista, Genady Ziuganov, lembrou que ele “conseguiu ressuscitar nosso país das cinzas, curou as feridas da Guerra Civil, proveu armas nucleares ao Estado, construiu uma poderosa economia multinível, dobrou Hitler e derrotou todos os adversários que atacaram a URSS. Ele deixou ao seu povo um país grande, vitorioso e próspero”.

Ziuganov e o candidato do partido nas eleições presidenciais russas do próximo dia 17, Nikolay Kharitonov, depositaram cravos vermelhos junto ao busto de Stalin. Kharitonov sublinhou que “a árvore é forte com suas raízes” e chamou a Rússia “a se voltar para o socialismo”. “Avante para o socialismo! É a isso que meu programa eleitoral é dedicado. Estou convencido da nossa vitória em todas as frentes”, disse Kharitonov.

Em seu discurso, Ziuganov lembrou que o presidente Putin, dirigindo-se à nação durante o seu recente discurso anual, disse que “chegou a hora dos Heróis. Acredito que o tempo dos Heróis nunca saiu do nosso país”.

“Em novembro de 1941, os nazistas estavam às muralhas do Kremlin. Stalin falou da tribuna do Mausoléu. Em seu discurso, ele lembrou os Heróis



Genady Ziuganov deposita flores no busto de Stalin

Ziuganov chamou o governo a “aprender com a era soviética a capacidade de unir a sociedade”. Infelizmente, ele acrescentou, “ainda existem vestígios da era Yeltsin, agentes de Soros e do FMI, enfiando a mão nos bolsos dos cidadãos e reescrevendo a história”. “Eles proclamam falsamente o seu patriotismo, mas continuam saqueando enormes valores e riquezas do país.”

“A quinta coluna continua em todos os escritórios. Ela defeca e cospe na história soviética. Ela não faz nada para unir nosso povo. O artesanato anti-soviético continua a ser replicado.”

“Na URSS, a ferida infligida pela Guerra Civil sangrou por muito tempo”, registrou Ziuganov. “Na véspera da guerra Stalin restaurou os direitos dos cossacos e as unidades militares cossacas. Eles perdoaram os kulaks e devolveram aos ‘privados’ os seus direitos civis”.

“A URSS conheceu o trágico ano de 1941 como um país único e unido”, ele sublinhou.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Pronunciamento Estado da União de Biden, foi acompanhado por protestos contra o fornecimento de armamento ao governo genocida de Israel

O discurso de Biden, “Estado da União” desta quinta-feira (7), provocou fortes ondas de protestos por todo o país, com manifestantes exigindo o cessar-fogo na carnificina em Gaza e que os EUA parem imediatamente de ceder apoio econômico, militar e político ao governo genocida de Israel.

A mais divulgada das manifestações foi o bloqueio do trânsito entre a Casa Branca e o Capitólio atrasando a ida de Biden para apresentar seu pronunciamento. Barreiras foram montadas pela polícia nas imediações da Casa Branca a fim de manter os opositores distantes.

Em Los Angeles e Boston, também houve bloqueio das vias principais tendo sido registradas mais de 50 prisões. Segundo o grupo de defesa do Conselho de Relações Americano-Islâmicas, o discurso era a “melhor e talvez a última chance” de Biden anunciar medidas efetivas para reduzir o sofrimento palestino em Gaza e reconquistar o apoio de árabes-americanos, palestinos e estadunidenses cansados dele falar em paz enquanto estimula o banho de sangue. “Estamos aqui hoje porque já basta”, sintetizou Ahmad Abuznaid, diretor executivo da Campanha Americana pelos Direitos Palestinos.

Após destinar dezenas de bilhões de dólares em armas a Netanyahu, o primeiro-ministro hitlerista de Israel, após defender, com o seu poder de veto, a condenação de Israel pelo Conselho de Segurança da ONU – já são mais de 31 mil mortes e 72 mil feridos -, Biden disse que agora é o “comandante-em-chefe” e que está pessoalmente empenhado em garantir a paz.

Assegurou ter “ordenado” que os militares dos EUA estabelecessem um porto em Gaza, tornada o maior campo de extermínio do mundo, em que 50% das residências se encontram devastadas, com escolas e hospitais destruídos, para “enviar navios com alimentos, água e medicamentos”.

Biden, manteve a responsabilização dos crimes israelenses sobre a resistência armada contra a opressão que há mais de 70 anos atinge os palestinos.

Ao mesmo tempo em que Biden procura projeta essa imagem de interessado na paz e na sobrevivência dos palestinos de Gaza, reverberam pelo planeta imagens trágicas de mães, crianças, idosos e centenas de milhares de inocentes como alvos de mísseis e balas, aviões e canhões, financiados por Washington.

Para abafar o fato de que a economia norte-americana patina em crise, afirmou que “a nossa economia é literalmente a inveja do mundo”, assegurando que, com ele, os EUA vivem “a maior recuperação econômica da sua história”.

Sem qualquer escrúpulo, Biden chamou o seu comportamento alienado da realidade de “honestidade”, de “decência” à degeneração, de “dignidade” à depravação e de “igualdade” ao apartheid, seja ele em Israel, seja aplicado contra latinos e negros dentro do seu país.

Como se não cansasse de mentir, disse que em “milhares de cidades e povoados os estadunidenses estão escrevendo a maior história de recuperação jamais contada”, dando as costas aos mais altos índices de especuladores e biliardários jamais vista, o que levou ao agravamento da desindustrialização, do de-

semprego e dos baixos salários.

Numa de suas alucinações, tentou se comparar ao presidente Franklin Roosevelt, em 1941, na ânsia de cooptar adeptos em nome da “liberdade e da democracia”, que estariam “sob ataque, tanto no país como no exterior”.

Seguiu invertendo os fatos ao definir a guerra por procuração na qual usa os ucranianos como bucha de canhão para atacar a Rússia, como ataque de Putin: “No exterior, Putin da Rússia está em marcha, invadindo a Ucrânia e semeando o caos por toda a Europa e além dela”, e prosseguiu na desgastada ladainha de Guerra Fria, completando que “se alguém nesta sala pensa que Putin irá parar na Ucrânia, garanto que não o fará”. Desconhecendo que é exatamente Putin que tem buscado, desde os acordos de Minsk, declaradamente sabotados pela França e Alemanha a mando dos EUA, as negociações de paz.

Inconformado com a mobilização contrária à corrida armamentista implementada pelos EUA – e capitalizada por ele próprio como caminho para seu saldo positivo na balança – assegurou que “a Ucrânia pode deter Putin”. Mas que “a Ucrânia pode deter Putin, se estivermos ao lado da Ucrânia e fornecermos as armas de que necessita para se defender”. Biden vociferou que “a assistência à Ucrânia está sendo bloqueada por aqueles que querem afastar-se da nossa liderança mundial”. Disse que o caminho da paz representaria “curvar-se diante de um líder russo” e que isso seria “ultrajante, perigoso e inaceitável”, o que justifica mais carnificina para tentar postergar o cambaleante governo de Volodymyr Zelensky.

Assim, Biden reconheceu que o governo investe em guerra enquanto nos próprios EUA faltam muitos “canos de chumbo venenosos para remover, a fim de que todas as crianças possam beber água limpa sem risco de danos cerebrais”.

Tentando passar o clima de “agora vai”, sobre os problemas nas fronteiras “que se arrastam por seis anos”, conforme admitiu, disse ter agora contratado “100 juizes de imigração para ajudar a resolver o atraso de dois milhões de casos, mais 4.300 agentes de asilo e novas políticas para que pudessem resolver os casos em seis meses”.

Sobre o desenvolvimento independente chinês, também se afastou abertamente dos fatos: “Durante anos, ouvi muitos dos meus amigos republicanos e democratas dizerem que a China está em ascensão e a América está ficando para trás. Eles entenderam ao contrário. Venho dizendo isso há mais de quatro anos, mesmo quando não era presidente. A América está em ascensão. Temos a melhor economia do mundo”, garantiu.

Quanto a seus cada vez mais frequentes acessos de comportamento senil, tergiversou: “Me disseram que estou muito velho” (acontece que) “quando você chega à minha idade, certas coisas ficam mais claras do que nunca” e o que importa “não é a idade que temos, mas a idade das nossas ideias”.

Enfim, tudo leva à conclusão que a única parte do discurso presidencial que deveria ser considerada lúcida foi o seu início em que afirma: “se eu fosse inteligente, iria para casa. Agora”.

“Milei joga ciência argentina à beira do abismo”, alerta o manifesto de 68 Prêmios Nobel

Em carta ao presidente Javier Milei, 68 cientistas vencedores do Prêmio Nobel de Medicina, Física, Química e Economia se uniram para expressar sua “profunda preocupação” quanto à forma desastrosa como seu governo vem conduzindo a ciência e tecnologia argentinas, “se aproximando de um precipício perigoso”.

Os cientistas dizem não estar apenas “desanimados pelas consequências que esta situação poderia ter tanto para o povo argentino como para o mundo”, e condenam a “eliminação do Ministério da Ciência e Tecnologia”, a demissão de funcionários do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) e de outros

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Elias Jabbour falando direto de Xangai

O desenvolvimento de alta qualidade da China, por Elias Jabbour

“A globalização liderada pelos EUA jogou o mundo em completo caos”

Temos o prazer de reproduzir a entrevista do professor Elias Jabbour, assessor da Presidência do Novo Banco de Desenvolvimento e professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ao repórter Xia Wenxin, do Global Times (GT), publicado nesta terça-feira (5).

A entrevista se dá por ocasião do início das sessões anuais da China (Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC) e a Assembleia Popular Nacional), que foram abertas esta semana. Ela abordou a projeção do especialista para as perspectivas da economia chinesa em 2024. Jabbour avaliou também o desenvolvimento de alta qualidade do país e sua importância para um mundo que busca um crescimento econômico constante.

O texto oferece ainda as últimas ideias e práticas do desenvolvimento da China em vários aspectos, incluindo todo o processo de democracia popular, desenvolvimento de alta qualidade, modernização chinesa e a sabedoria que o país fornece à governança global. Confira!

ENTREVISTA

GLOBAL TIMES: Quais são as suas expectativas para as duas sessões deste ano? O que você acha da importância desse evento e das decisões a serem tomadas?

ELIAS JABBOUR: A China tem um sistema político muito peculiar que eu chamo de “democracia não liberal”, o que significa que a democracia chinesa é uma construção histórica onde o povo tem cada vez mais poder sobre o destino do país – muito diferente das democracias liberais onde o poder do dinheiro e do capital se sobrepõe aos interesses da sociedade.

Nesse sentido, as duas sessões têm se caracterizado, nos últimos anos, por tomadas de decisão que impactam diretamente a vida do povo chinês. Por exemplo, grandes deliberações e inovações institucionais deliberadas pelo Congresso Nacional do Povo e amplamente discutidas na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês permitiram a vitória da China sobre a pobreza extrema e o estabelecimento do maior sistema de seguridade social do mundo. No centro deste processo estão o Partido Comunista da China e o povo chinês, representado pela principal legislatura do país e pelo principal órgão consultivo político.

Acredito que as decisões a serem tomadas durante as duas sessões terão um impacto significativo, por exemplo, na direção das políticas industriais chinesas em um mundo onde as tentativas de “desacoplamento” e “desrisco” por parte dos EUA são uma realidade. O socialismo chinês é alvo de uma tentativa de “sufocamento tecnológico”. As decisões a serem tomadas durante as duas sessões devem ter como objetivo aumentar os esforços para a autossuficiência tecnológica chinesa.

GT: Que conquistas a China fez na realização de um desenvolvimento de alta qualidade? Qual é a conotação concreta do desenvolvimento de alta qualidade da China?

Jabbour: O desenvolvimento de alta qualidade pode ser visto de várias maneiras: Um desenvolvimento que, por exemplo, busca maior harmonia entre o ser humano e a natureza. Nesse sentido, as comparações são fundamentais. O desenvolvimento de alta qualidade que a China busca já alcançou inúmeros resultados. A China investe mais em indústrias verdes e fontes de energia limpa do que os EUA e a União Europeia juntos. A China tem duas vezes mais linhas de trem de alta velocidade do que o resto do mundo combinado. Por quê? Porque o socialismo com características chinesas permite que tais decisões sejam tomadas sem a pressão dos grandes lobbies da indústria privada do petróleo e da indústria automotiva sobre as sociedades.

A conotação concreta de desenvolvimento de qualidade ainda é um conceito em construção, mas já se expressa no esforço do governo chinês para combater os desequilíbrios ambientais, sociais e territoriais gerados por quatro décadas consecutivas de alto crescimento econômico. É o desenvolvimento centrado nas pessoas, não no capital.

GT: A economia chinesa tem sido uma das forças motrizes mais fortes para a recuperação global. Na sua opinião, esse ímpeto será mantido em 2024? A China estabeleceu nesta terça-feira sua meta de crescimento econômico para 2024 em cerca de 5%. Qual a sua projeção para a economia chinesa em 2024?

Jabbour: A economia chinesa continuará a ser o motor do crescimento global, não apenas por causa de sua taxa de crescimento. Há outros elementos a serem observados. A especulação financeira que domina a dinâmica de acumulação das economias capitalistas tem sido fortemente restringida na China. Os créditos bancários que antes iriam para o setor imobiliário agora fluem para os setores industrial e de alta tecnologia. A produtividade do trabalho cresce acima de 4% ao ano, o que significa algo muito maior do que qualquer economia do mundo.

Além disso, a China chegou a um estágio em que exporta sua prosperidade para o Sul Global. [...]

Leia a íntegra da entrevista no site do HP

África do Sul pede a Haia medidas contra Israel por alastrar a fome



Palestinos sob cerco de Israel buscam comida na cidade de Rafah, sul de Gaza

Rabino orienta soldados de sua escola a “não poupar mulheres, idosos e bebês” em Gaza

“Não poupe nenhuma alma”, é o sentido resumido da peroração do rabino Elyahu Mali ao falar aos soldados que estudam em sua escola formadora de rabinos, a yeshiva Hesder Shirat Moshé (Ordenamento Canção de Moisés).

O fato de um rabino, que se intitula um “Aluno dos Sábios” (Talmid Hachamim, como se pode ver na frase a suas costas), poder falar impunemente aos seus alunos que – pela concepção da yeshiva – devem segui-lo cegamente, orientando-os a matar de bebês a idosos, passando pelas mulheres, deixa claro (se isso já não fosse pelo número de mortos e feridos, mais de 100 mil palestinos, pela imposição da fome, pela destruição de hospitais), que essa é uma guerra de extermínio, um genocídio.

“A regra básica quando estamos lutando em uma guerra virtuosa e sagrada, nesse caso em Gaza, de acordo com a doutrina “não poupe nenhuma alma”, vem da lógica muito clara “se você não os matar eles vão tentar matar você”, terroristas de hoje são as crianças da ação anterior que mantivemos vivas, e na realidade são as mulheres que criam os terroristas.

“O princípio “não poupe nenhuma alma” é muito claro em nosso conceito: são ou vocês ou eles. E na realidade “não poupe nenhuma alma” é baseado na doutrina que diz: “Aquele que vem matar você à tarde, mate-o de manhã”.

“E quem vem matar você, na concepção ampla, não é apenas um homem de 18, 16, 20, 30 anos, que te aponta



“Não poupe nenhuma alma”, prega o rabino Elyahu Mali aos que frequentam suas aulas de estímulo ao genocídio

uma arma, mas também a próxima geração e também quem dá a luz à nova geração. Porque na realidade não há diferença.

(Um dos soldados presentes pergunta: “E os idosos?”.)

“Os idosos... Nada de deixar ninguém viver. Especialmente um homem velho, que pode carregar uma arma e atirar.

“Portanto, na abordagem da Torá (Velho Testamento) é muito clara a regra.

“Em Gaza, de acordo com as estimativas do exército de Israel 95% a 98%, querem nos aniquilar.

“É uma maioria que é silenciosa.

(“Os bebês também?” surge nova pergunta)

“A mesma coisa. As pessoas que estão aqui não devem querer ser mais inteligentes que a Torá. Se a Torá diz a você “não poupe nenhuma alma”, você não deve poupar nenhuma alma.

“Hoje ele é um bebê, um menino, amanhã ele será um combatente. Combatentes que designamos de terroristas, com 18 anos hoje, eram meninos de 8 anos na operação anterior: “Aqui não se deve suspender o fogo”.

Assista o vídeo no site do HP

Cai no colo de Scholz áudio tramando uso de mísseis Taurus alemães para destruir a Ponte da Crimeia

Na última sexta-feira, a divulgação pela editora-chefe da RT, Margarita Simonyan, de uma gravação de áudio e sua transcrição de uma conversa ao nível do mais alto escalão do exército alemão, em que foram discutidos planos para entregar mísseis de cruzeiro de longo alcance Taurus à Ucrânia, inclusive prevendo um ataque à Ponte da Crimeia, caiu como uma bomba em Berlim – ainda mais, tendo ocorrido dias após o presidente francês Macron aventar o envio de tropas à Ucrânia.

Falando a repórteres na segunda-feira, Peskov enfatizou que as autoridades alemãs discutiram “de fato” os ataques à Ponte da Crimeia, observando que Moscou já havia convocado o embaixador alemão na Rússia, Alexander Graf Lambsdorff, para apresentar um protesto.

O áudio, continuou o porta-voz, sublinha que “os planos para lançar ataques em território russo estão a ser substantiva e especificamente discutidos dentro da Bundeswehr [exército alemão]”, acrescentando que não há dúvidas sobre o significado desta revelação.

Ele afirmou que a Rússia está ansiosa para saber os resultados da investigação sobre o caso anunciada pelo

primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz.

Peskov acrescentou que a Rússia está muito curiosa para saber se essas discussões ocorreram por conta própria da Bundeswehr, o que poderia levantar a questão de se o governo alemão está realmente no controle de seus militares.

Outra possibilidade, segundo o porta-voz russo, seria que a discussão estivesse alinhada com a política externa da Alemanha.

“As duas possibilidades são muito ruins. Ambas confirmam mais uma vez o envolvimento direto do chamado Ocidente coletivo no conflito em torno da Ucrânia”.

10 A 20 MÍSSEIS

A gravação, já amplamente reproduzida, foi realizada em 19 de fevereiro, reunindo dois generais da Luftwaffe, (Ingo Gehartz e Frank Grafe) e mais dois tenentes-coronéis, encarregados de preparar, para Pistorius, suas recomendações sobre a entrega, assistência e uso dos mísseis Taurus, de 500 km de alcance. Um dos participantes estava em Singapura e os quatro

teriam se comunicado via uma plataforma WebEx vulnerável.

E nada é mais impactante na gravação do que o momento em que um militar alemão fala abertamente que “gostaria de dizer mais uma coisa sobre a destruição da ponte (sic)” – é da Ponte da Crimeia que ele está falando.

“Temos lidado intensamente com essa questão”, ele acrescenta, e, infelizmente, “chegamos à conclusão de que a ponte é como um aeródromo devido ao seu tamanho”. “Então talvez sejam necessários dez ou até 20 mísseis”.

Os militares alemães também discutiram como Berlim poderia negar “plausivelmente” seu envolvimento quando do ataque à ponte.

Eles também discutem sobre o treinamento dos ucranianos no manuseio do Taurus, que consideram que exigiria muito e seria e demorado: há a proposta de que “pelo menos o primeiro apoio à missão [o ataque ucraniano] seja fornecido por nós, já que o planejamento é muito complexo”.

Leia mais em
www.horadopovo.com.br

“O tribunal precisa agir agora e parar a tragédia já que a ameaça de fome total concretizou-se. Urge assegurar proteção aos direitos contemplados na Convenção do Genocídio”, disse a África do Sul

A África do Sul apresentou um novo pedido à Corte Internacional de Justiça (CIJ), solicitando que ordene medidas de emergência adicionais contra Israel face à fome generalizada provocada em Gaza e às violações manifestas das medidas anteriores já em vigor.

“No novo requerimento, a África do Sul alega que ‘é compelida a recorrer novamente à Corte devido aos novos acontecimentos e mudanças na situação em Gaza – especialmente, a disseminação da fome – resultantes de violações contínuas e flagrantes [...] por parte de Israel’”, declarou a presidência sul-africana em comunicado divulgado na quarta-feira (6).

“A ameaça de fome total concretizou-se. O tribunal precisa agir agora para parar a tragédia iminente, assegurando imediata e eficazmente que sejam protegidos os direitos que descobriu estarem ameaçados ao abrigo da Convenção do Genocídio”, acrescentou.

Nesse sentido, a África do Sul pediu ao tribunal que ordene que Israel tome “medidas imediatas e eficazes para permitir a prestação de serviços básicos urgentemente necessários e assistência humanitária para enfrentar a fome e a inanição” em Gaza.

Assinalou que a CIJ, principal órgão jurisdicional da Organização das Nações Unidas (ONU), deveria tomar estas medidas sem agendar uma nova ronda de audiências devido à “extrema urgência da situação”.

“Israel tem uma intenção genocida contra os palestinos em Gaza. Isso é evidente pela forma como este ataque militar é conduzido. A intenção de destruir Gaza foi nutrida no

mais alto nível do Estado”, afirmou Tembeka Ngcukaitobi, defensor do Supremo Tribunal da África do Sul, citado pela BBC News.

Israel, naturalmente, se posicionou contra o pedido recebendo apoio da Hungria e da Alemanha.

ATOS DE GENOCÍDIO

Evocando Nelson Mandela, símbolo da luta contra o regime racista do apartheid, a África do Sul apresentou no início do ano um dossiê de 84 páginas à Corte Internacional de Justiça da ONU, compilando provas de que Israel matou milhares de palestinos na Faixa de Gaza e criou condições “condutentes a infligir-lhes destruição física”, o que é considerado um crime de “genocídio” contra eles e pediu ao tribunal que conceda, liminarmente, uma ordem para que cesse a agressão e seja protegida a população palestina.

A medida foi apoiada por dezenas de países, marcando um precedente histórico no conflito de Israel com a Palestina.

Em 26 de Janeiro, o TIJ decidiu que Israel deve tomar todas as medidas para prevenir atos proibidos pela Convenção do Genocídio e tomar medidas para garantir a satisfação imediata das necessidades humanitárias urgentes para a Faixa de Gaza.

Em 13 de Fevereiro, a África do Sul também fez um pedido urgente ao tribunal para considerar a decisão de Israel de expandir a sua ofensiva militar a Rafah. Explicou que pediu ao tribunal que determinasse que era necessário usar a sua autoridade para evitar novas violações dos direitos dos palestinos na Faixa de Gaza.

ONU: ‘Netanyahu faz campanha para destruir agência que ajuda palestinos’

O chefe da agência das Nações Unidas para refugiados palestinos (UNRWA, na sigla em inglês) denunciou à Assembleia Geral da ONU que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e seus cúmplices estão intencionalmente tentando destruir o órgão de ajuda humanitária crítico enquanto a fome em massa grassa na Faixa de Gaza.

A UNRWA está enfrentando uma campanha deliberada e orquestrada para minar suas operações e, em última análise, encerrá-las”, disse Philippe Lazzarini, comissário-geral da agência.

“Parte dessa campanha envolve inundar os doadores com desinformação destinada a fomentar a desconfiança e manchar a reputação da agência. Mais flagrante é o primeiro-ministro israelense afirmar abertamente que a UNRWA não fará parte da Gaza do pós-guerra.”

A UNRWA foi criada em 1949 por decisão da Assembleia Geral da ONU, em resposta à Nakba de 1948, em que multidões de palestinos foram tangidas para fora de seus lares por milícias pró-Israel, e desde então presta assistência humanitária em Gaza, na Cisjordânia e onde haja campos de refugiados palestinos que no Oriente Médio.

Naquela época, a população refugiada era de cerca de 750 mil. Hoje, quatro gerações depois, cerca de 5,9 milhões de refugiados palestinos são elegíveis para os serviços da UNRWA em toda a região. A agência da ONU

emprega 13.000 pessoas no enclave, administrando escolas, clínicas de saúde e outros serviços sociais, além de distribuir ajuda humanitária e, no conjunto do Oriente Médio, 30.000.

Desmantelar a UNRWA, advertiu Lazzarini, “é uma visão míope”. “Ao fazer isso, sacrificaremos uma geração inteira de crianças, plantando as sementes do ódio, do ressentimento e de futuros conflitos.”

Ele acrescentou que a implementação deste plano “já está em andamento com a destruição de nossa infraestrutura em toda a Faixa de Gaza”.

“Tentativas de expulsar a UNRWA de sua sede em Jerusalém Oriental e de um centro de treinamento vocacional próximo para jovens refugiados palestinos estão em andamento. Projeto de lei no Knesset israelense busca proibir totalmente qualquer atividade da UNRWA em território israelense.”

Desde 7 de outubro, as forças coloniais israelenses mataram mais de 150 funcionários da agência durante sua guerra em Gaza e bombardearam instalações da UNRWA, inclusive escolas, 332 vezes.

O regime Netanyahu acusou um pequeno número de funcionários do órgão [12 em 30.000] de participar do ataque liderado pelo Hamas ao sul de Israel em 7 de outubro, que ocorreu no contexto de 57 anos de “ocupação sufocante” e de Gaza ser vista no mundo inteiro como “a maior prisão a céu aberto” do mundo.

Leia mais no site do HP

A política econômica de Rui Barbosa (1)

O objetivo da revolução republicana era romper com a estagnação e atraso imposto pela monarquia. A própria República se estabelecera, como demonstramos em texto anterior, com base nas relações capitalistas que se desenvolviam no país e que eram, ao fim e ao cabo, incompatíveis com o Império, superestrutura político-jurídica do escravismo

CARLOS LOPES

A República foi, como vimos em nosso artigo anterior, a ruptura com a estagnação secular, cuja manutenção era o objetivo – e, mais do que o objetivo, a função – do Império. Com a Proclamação, o nosso país livrara-se de um trambolho, o Estado monárquico, que travava e sufocava o seu desenvolvimento (v. HP 05/02/2024, **A República e a revolução**).

A profundidade desse rompimento com o atraso ficou evidente na acirrada oposição que a República – em especial a política econômica do Governo Provisório e a política industrial do governo Floriano Peixoto, que será o nosso próximo tema – sofreria por parte dos setores reacionários do país, os mesmos que, durante o Império, haviam se beneficiado da estagnação agrária e da submissão financeira externa.

Como reconhece uma historiadora, por volta de 1892, “rompera-se, pois, a unanimidade republicana a favor da indústria nacional” (v. Nícia Vilela Luz, **A Luta pela Industrialização do Brasil**, 2ª ed., Alfa Omega, 1978, p. 111).

Mas a restauração do atraso e da estagnação, nos governos de Prudente de Moraes, e, sobretudo, de Campos Sales, somente seria possível de baixo de intensa luta política – cujo lado progressista ressuriria quase 40 anos depois, com a Revolução de 30 – que afastou do poder, por algumas décadas, os setores nacionalistas e dinâmicos da sociedade.

Antes dessa restauração, no entanto, o que a luta política evidenciou foi a profunda ruptura com a ordem anterior.

Na noite de 15 de novembro de 1889 – portanto, logo após a derrubada da monarquia – o Governo Provisório da República emitiu seu manifesto e seu primeiro decreto: “**Proclamação dos membros do Governo Provisório**. “Concidadãos!

“O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com nossos concidadãos residentes nas Províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e consequentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

“Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir a ordem pública, a liberdade e o direito do cidadão.

“Para comporem este Governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do Governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados.

“Concidadãos!

“O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o Governo da paz, da fraternidade e da ordem.

“No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da

vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela legítima defesa do Governo proclamado pelo povo, pelo Exército e pela Armada Nacional.

“Concidadãos!

“As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

“Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do Senado e bem assim o Conselho do Estado.

“Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

“Concidadãos!

“O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

“Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório.

“Aristides da Silveira Lobo, ministro do Interior.

“Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da Guerra.

“Chefe de Esquadra Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha.

“Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas” (cf. Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, **Nasce a República**, História da República Brasileira, Editora Três, 1975, pp. 69-70).

Quinze de novembro de 1889 foi uma sexta-feira. No dia seguinte, os jornais publicaram as primeiras decisões do governo republicano, inclusive o decreto/manifesto acima.

A composição do Governo Provisório seria alterada – mais de uma vez – até janeiro de 1891, quando ele foi encerrado. Sucintamente, essa composição foi a seguinte:

Chefe do Governo Provisório — Deodoro da Fonseca.

Ministério da Justiça — Campos Sales.

Ministério da Marinha — Eduardo Wandenkolk.

Ministério da Guerra — Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Antônio Nicolau Falcão da Frota.

Ministério dos Negócios Estrangeiros — Quintino Bocaiúva.

Ministério da Fazenda — Rui Barbosa e Tristão de Alencar Araipe.

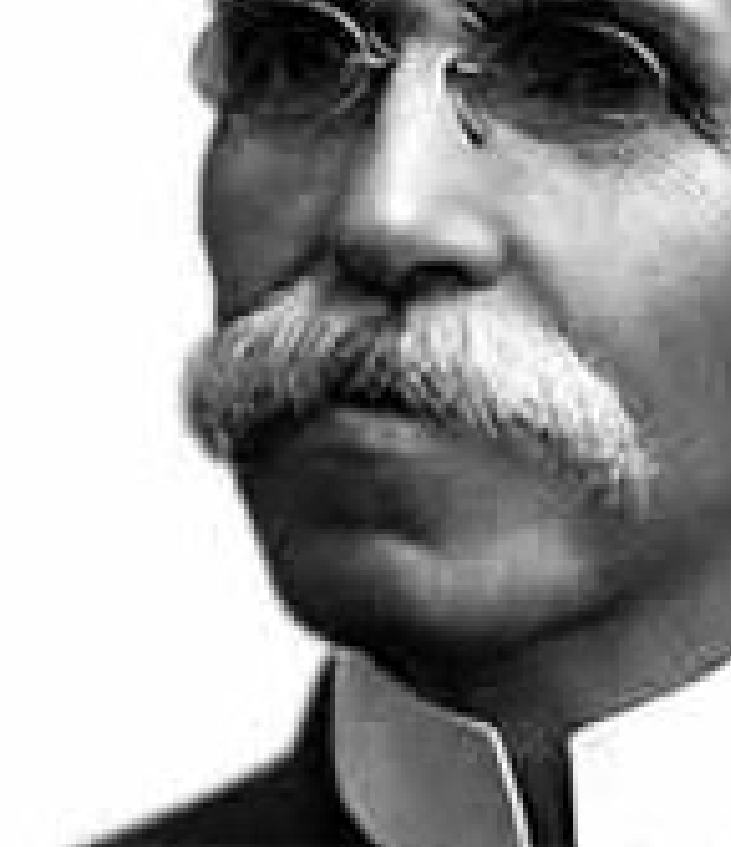
Ministério do Interior — Aristides Lobo, Cesário Alvim e Tristão de Alencar Araipe.

Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Demétrio Nunes Ribeiro, Francisco Glicério de Cerqueira Leite e Henrique Pereira de Lucena.

Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos — Benjamin Constant.

Foi esse período que o principal ministro do governo, Rui Barbosa, chamou, diante da Constituinte, de “ditadura revolucionária”.

A defesa que Rui fez do projeto de Constituição do Governo Provisório é, aliás, uma das peças oratórias mais importantes da História do Brasil.



Basicamente, ele demonstra que a federação dos Estados somente pode existir dentro da União – não fosse ele, com Júlio de Castilhos, o maior defensor da federação durante a fase final do Império. Mas, naquele momento, Júlio de Castilhos, na Constituinte, se encontra na posição daqueles que consideram a federação como geradora da União – e é isso o que Rui combate.

Não se trata de um debate filosófico ou teórico – ou apenas filosófico ou teórico. Uma ou outra posição têm uma consequência prática na distribuição da arrecadação dos impostos entre a União e os Estados. Para Rui, a União é inviável se os Estados absorvem a quase totalidade dos impostos – mas, nesse caso, também a federação é inviável, pois ela não existe sem a União.

Em novembro de 1890, falando, como ministro da Fazenda, à Constituinte, Rui Barbosa contesta os que apontam uma suposta “gastança” da ditadura revolucionária, ou seja, do Governo Provisório, instalado após 15 de novembro de 1889:

“... Tivemos a fortuna de mudar a nossa forma de governo por uma revolução sem sangue, nem desordem, sem espoliação, nem violências. Sob este aspecto, o nosso exemplo é singular na história das revoluções. Se a levássemos a cabo, sem ao menos aumentar o orçamento trivial da despesa, teríamos também nesta particularidade fornecido à história o primeiro espécimen conhecido até hoje. Mas, se o não fizemos, não deixamos de fazer muito, fazendo o que está feito.

“Quando se amontoam, porém, acusações, para nos esmagar sob o peso dos nossos erros em matéria de despesa, não esqueçam registrar, no balanço, os atos de severidade financeira, que assinalam, por outro lado, a nossa administração. Não esqueçam que, só no capítulo rotulado sob o título de auxílios à lavoura, poupamos ao Tesouro 40 mil contos de réis; que com o recolhimento, já quase concluído, do empréstimo de 1889, aliviámos o Orçamento numa soma anual que, de 3.400 contos nos primeiros exercícios, subirá a 4.455 contos nos exercícios subsequentes; que, com a conversão das apólices de 5 a 4%, teremos firmado ainda uma economia permanente e consi-

derável; que outras economias de natureza constante e ordem elevada proporcionamos ao Tesouro, habilitando-o, pela cobrança dos direitos de importação em ouro, a efetuar o serviço das suas despesas no exterior, independentemente das flutuações do câmbio, verba correspondente, em todas as liquidações anuais, a muitos milhares de contos; que outra derivação anual de milhares de contos encaminhamos para o Tesouro, com a extinção do contrabando na fronteira do Sul; que, por último, acabamos de assegurar ao país o resgate gratuito do papel-moeda em dois terços de sua importância total” (cf. **Pensamento e Ação de Rui Barbosa**, SF, 1999, pp. 103-104, sessão da Constituinte de 16/11/1890, O.C., Vol. 17, t. 1).

Os “auxílios à lavoura” eram, em realidade, compensações estabelecidas pela monarquia, à custa de empréstimos públicos, aos senhores de escravos após a Abolição: “*como solução de momento, imposta pela crise da lavoura, originada principalmente da Abolição, o gabinete Ouro Preto fazia com que o Tesouro fornecesse a alguns bancos, sem juros, até à soma de 84 mil contos, resultantes do empréstimo interno de 100 mil, para que os mesmos estabelecimentos os emprestassem à lavoura, a juros de 6% e prazo de 1 a 15 anos*” (v. José Maria Bello, **História da República**, 3ª ed., Companhia Editora Nacional, 1956, p. 98).

Esses “auxílios” foram, na maior parte, suspensos pela República.

2

O objetivo da revolução republicana era romper com a estagnação e atraso imposto pela monarquia.

A própria República se estabelecera, como demonstramos em texto anterior, com base nas relações capitalistas que se desenvolviam no país e que eram, ao fim e ao cabo, incompatíveis com o Império, superestrutura político-jurídica do escravismo (v. HP 05/02/2024, **A República e a revolução**).

Após um certo ponto, a monarquia tornara-se um entrave às relações de produção capitalistas – ou, nas palavras de um historiador, um “trambolho” que sufocava a economia e o país.

O principal entrave ao crescimento do país era a política financeira da monarquia, que “por um lado conduzia a um grande aumento da dívida externa e por outro mantivera o sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamento”. Era um sistema adequado ao escravismo, com seu estreitíssimo mercado interno, mas completamente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado – ou seja, uma economia capitalista: “O sistema monetário de que dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado. (...) Enquanto prevalecera o regime do trabalho escravo, sendo reduzido o fluxo de renda monetária, não eram muitos os tropeços criados por esse rudimentar sistema monetário” (v. Celso Furtado, **Formação Econômica do Brasil**, 14ª ed., Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 170-171).

O problema, portanto, depois de livrar-nos do trambolho estatal monárquico, era o que fazer para tirar o país da estagnação, sobretudo em uma situação na qual, com a revolução, “*as desconfianças, provocadas pelo levante republicano, o excesso das importações, o surgimento de empresas de toda espécie e outras circunstâncias ocasionais precipitaram a evasão do ouro*” (José Maria Bello, **op. cit.**, p. 99).

A política financeira da incipiente República, tendo Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda, foi a de aumentar o crédito, o que redundou na reanimação frenética da economia: “A transição de uma prolongada etapa de crédito excessivamente difícil para outra de extrema facilidade deu lugar a uma febril atividade econômica como jamais se conhecera no país” (Celso Furtado, **op. cit.**, p. 171).

O Brasil, há muito, usava o ouro como lastro de sua moeda – o que equivalia a fazer da libra esterlina o seu padrão. Algemado a esse padrão, uma evasão do ouro significava uma derrocada do mil-réis, a nossa moeda na época.

Diante disso, Rui Barbosa propõe, e obtém, do marechal Deodoro, a ruptura com o padrão ouro e sua substituição por títulos da dívida pública.

Ainda nas palavras de José



Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório da República

Maria Bello: “A 17 de janeiro de 1890, Rui Barbosa faz o chefe da nação assinar longo e engenhoso decreto de reforma bancária. Os títulos da dívida federal substituíam o ouro como lastro das emissões bancárias, à semelhança do que se fizera nos Estados Unidos ao tempo de Lincoln, com os **National Banks**” (op. cit., p. 99).

Tratava-se de uma política de amplo crédito público, substituindo a política monetária de restrição monetária, cuja principal expressão fora a “Lei dos Entraves” (lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860), que amarrava as emissões rigorosamente aos depósitos metálicos, ou seja, ao exíguo lastro em ouro.

A política de Rui tinha como objetivo, evidentemente, a industrialização do país. Sem crédito farto – e isso significava crédito público – ela era impossível.

Isso é claro em seu “**Relatório do Ministro da Fazenda**”, de 1891, em que ele expõe a sua política financeira. Nele, escreve Rui: “No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício de privilegiados. Não pode ser assim sob o sistema republicano. **A república só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente**” (Rui Barbosa, **Relatório do Ministro da Fazenda**, 1891, Obras Completas, vol. XVIII, t. III, p. 143, grifo nosso).

Depois de se referir à difícil situação do início da República, ele passa às providências que tomou:

“... recorri à única salvação possível em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio circulante sob os títulos da dívida nacional. Indigitada pela malevolência e pela má-fé de uma reação furiosa e insensata como um sistema de monopólios fatais à liberdade do trabalho e à indústria nacional, essa instituição não tardou em se recomendar, pela experiência imediata dos seus efeitos, às simpatias de todas as classes laboriosas, como o maior acelerador, que jamais se concebeu neste país, da prosperidade do trabalho, como o maior difusor de crédito, o mais enérgico propulsor do nosso movimento industrial, a que veio imprimir inaudita atividade” (Rui Barbosa, **Relatório do Ministro da Fazenda**, 1891, Obras Completas, vol. XVIII, t. II, p. 53).

A consequência dessa medida é descrita exaustivamente, mas, também, sucintamente:

“O mercado monetário respirou então desassombado, e o fôlego da renascença industrial, incipiente no dia imediato à abolição, dilatouse, poderoso e criador, pelos amplos pulmões da República” (idem, p. 131).

Continua na próxima edição